

1

1
2

**ATA DA SEXAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA**

3Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e quatro realizou-se a Sexagésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente – CONSEMA, situado à Rua Carlos Chagas, nº 55, nesta Capital, com o início às quatorze horas e dezoito minutos, com a presença dos seguintes Conselheiros: **Sr. José Alberto Wenzel e Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha**, Secretário Estadual do Meio Ambiente e Representante do Secretário Estadual do Meio Ambiente; **Sr. Marcos Palombine e Sr. Adoralvo Antônio Schio**, Representantes do Secretário da Agricultura e Abastecimento; **Sr. Francisco Paz**, Representante do Secretário da Saúde; **Sra. Marilene K. Franco**, Representante do Secretário da Cultura; **Sra. Sandra Garcia Polino**, Representante do Secretário da Educação; **Sra. Marta Marchiori Dias**, Representante do Secretário do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais; **Sr. Ronaldo T. Nery**, Representante do Secretário das Obras Públicas e Saneamento; **Sr. Eberson Thimmig Silveira**, Representante do Secretário da Energia, Minas e Comunicação; **Sr. Paulino Olivo Donatti**, Representante Suplente da FETAG; **Sr. Sérgio Cardoso e Sr. Roberto Carlos da Silva Alves**, Representantes Titular e Suplente dos Comitês de Bacias Hidrográficas; **Sr. Claudio Dilda**, Representante da FEPAM; **Sra. Maria Cecília Moreira Hypólito**, Representante Titular do IBAMA; **Sr. Clebes Pinheiro e Sr. Eduardo Osório Stumpf**, Representantes Titular e Suplente do Corpo Técnico da FEPAM; **Sr. Geraldo André Susin**, Representante Titular da ALGA; **Sr. Vladimir Ortiz**, Representante Titular da FIERGS; **Sr. Valtemir Goldmeier**, Representante Suplente da FAMURS; **Sra. Sra. Edi Xavier Fonseca**, Representante Titular da AGAPAN; **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro**, Representante Suplente do Núcleo Amigos da Terra/Brasil; **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite**, Representante Titular da Instituição Universitária Pública; **Sra. Elizabete Maria Zanin**, Representante da Instituição Universitária Privada; **Sra. Maria Susete Centeno**, Representante Suplente do SINDIÁGUA; **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva**, Representante Titular da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul. Participaram também a Sra. Carmem M. Franco, FEPAM; Sr. Ivo Silveira, da FARSUL; Sr. Jorge Silvano Silveira, Comitê APUAÊ; Luiz Paulo Frangomoni, Prefeitura de Passo Fundo; Paulo Severo, Prefeitura de Passo Fundo; Andréia de Brito e Cunha, Bioengenharia; Sr. Paulo Régis Rosa da Silva, FEPAM; Milton Stack, Diretor do DEFAP; Sr. Mauro Gomes de Sousa, Diretor Técnico da FEPAM; Sr. Mário Buede Teixeira, PUC/RS. Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Cláudio Dilda, Representante da FEPAM. **Pauta: 1. Aprovação da Ata da 61ª Reunião Ordinária do CONSEMA; 2. Habilitação do Município de Passo Fundo; 3. Aprovação do Relatório de Atividades do CONSEMA Referente ao Ano de 2003; 4. Recursos; 5. Regulamentação do Pedido de Vista a Processos; 6. Assuntos Gerais.**

Sr. Presidente: Boa-tarde, senhoras e senhores. Vamos iniciar a Sexagésima Segunda Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Meio Ambiente, que tem como pauta, passível de adequações que os Conselheiros julgarem necessárias. De acordo, então, com a pauta previamente distribuída. Teríamos como primeiro assunto a aprovação da Ata da reunião anterior. E logo em seguida, consulto desde já o Plenário para abrimos um espaço, extrapauta, para a manifestação do Sr. Secretário do Meio Ambiente, José Alberto Wenzel. Estamos todos de acordo? Unanimemente, então, **aprovado. 1. Aprovação da Ata da 61ª Reunião Ordinária do CONSEMA.** Como a Ata da 61ª Reunião foi distribuída com antecedência, consultamos os Srs. Conselheiros para correções, adequações que se façam necessárias na referida Ata. A palavra está com os Srs. Conselheiros. **Sr. Geraldo André Susin:** Boa-tarde a todos Conselheiros, Conselheiras. Eu gostaria de fazer algumas correções, são as mais importantes aqui. Na linha 74, onde a palavra *combinar* é *culminar*, onde diz: *a proposta de mobilização deve culminar com a realização da Semana Interamericana da Água*. Depois, na linha 75, p. 02: *o real valor da água como celebração da vida*; onde está escrito *provendo* o corretor é *promovendo*. Na linha seguinte, seguindo a leitura: *promovendo a melhoria da qualidade de vida por intermédio da educação, relacionando aos aspectos a ciência, arte, religião que unidos seremos*; o correto é *teremos a compreensão do sentido holístico da cultura*. E as demais alterações não alteram o conteúdo. Obrigado. **Sr. Presidente:** Continua com os Srs. Conselheiros a palavra. Nenhuma outra correção? **Aprovada**, então, a Ata da 61ª Reunião Ordinária do CONSEMA. Considerando, então, Sr. Secretário, a manifestação do Plenário, passamos a palavra a Vossa Excelência.

Sr. José Alberto Wenzel: Eu quero cumprimentar a todos, especialmente aqui o nosso coordenador Dilda, também a Carmem, que faz parte da Mesa, mas de forma toda especial a cada Conselheiras, a cada Conselheiro. Em nome do meu Diretor-Geral, o Cunha, cumprimento também a todos os nossos colegas diretamente envolvidos na gestão pública na questão ambiental. A razão da minha solicitação de estar aqui neste momento e dirigir uma rápida palavra tem duas justificativas, dois impulsos: o primeiro, que é o de agradecer ao trabalho feito por este Conselho ao longo do tempo, mas, especialmente, nesse período de 2003 até o presente momento. E em dizendo que agradeço profundamente ao trabalho generoso, solidário, abnegado, fundamental para o Rio Grande do Sul, para o País, para o planeta de cada um de vocês, também estou comunicando que devo estar deixando a Secretaria do Estado de Meio Ambiente nos próximos dias. Essa é uma decisão que ainda vai receber um referendo final do Governador do Estado, uma vez que somos Secretário de Estado e esse é um cargo de confiança do Governador; mas já existe toda uma caminhada nesse sentido de que a gente venha a deixar a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, ao menos enquanto Secretário de Estado. Então, estou aqui neste momento agradecendo e comunicando a todos os senhores e senhoras dessa decisão. Evidentemente, na política as coisas são dinâmicas, amanhã pode reverter tudo, mas neste momento essa é a decisão tomada e temos até o dia 02-04 para nos afastarmos dessas atividades, uma vez que pretendemos também concorrer. A Cecília sabe bem dessas tramitações, foi deputada, está aqui o Palombine que foi deputado. Temos sempre esses prazos que têm que ser cumpridos e temos que se ater a isso, até por uma questão de honestidade, de responsabilidade. Meu prezado Dilda, quero dizer que foi uma honra enorme estar à frente de uma Secretaria do porte de uma Secretaria de Estado do Meio Ambiente junto com todos os senhores, todas as senhoras. Foram momentos extremamente gratificantes, de grandes desafios, grandes batalhas. E tenho a impressão, Dilda, que está-se construindo uma nova ética, uma ética da solidariedade ambiental. Os valores estão

63sendo reformulados gradativamente, isso não acontece de um dia para o outro, as proposições. E tenho certeza que as
64atitudes, as ações também serão consequência dessa mudança de valores, desse novo paradigma ético, que eu diria que é
65mais do que um paradigma ético ambiental, é um paradigma ético criacional, que envolve a criação como um todo. Não
66quero-me prolongar, Dilda, quero apenas ainda dizer que há pouco, e está no telefone novamente, o Ferreira já me
67comunicou, o Langone, ele manda um abraço a todos vocês e está muito preocupado com a carta de Fernando de Noronha,
68que foi um documento aprovado pela Associação das Entidades Estaduais de Meio Ambiente, e está trazendo uma
69preocupação muito grande. Mas me parece que ela pode evoluir nesse sentido de realmente conseguirmos construir o
70SISNAMA, que é o nosso grande propósito, que é realmente articularmos um sistema, federação, Estados, municípios,
71entidades, enfim, todos aqueles que lidam nessa área, e, na verdade, todas as pessoas. Então, daqui a pouco terei uma
72reunião com ele, via telefone, novamente, para tratar desse assunto. E antes de terminar também, fiz questão, em debate
73com toda a nossa equipe, que hoje viesse para esta Casa, deve ter chegado as suas mãos, Presidente, exatamente a
74proposição da redefinição dos limites do Parque Estadual do Delta do Jacuí. Nós, de forma nenhuma, levaríamos esse
75assunto adiante sem passar pelo CONSEMA. Essa é uma questão de honra nossa e está nas mãos do Presidente, está nas
76mãos deste Conselho agora a tramitação que deverá ter seqüência daqui por diante. Então, fiz questão que também viesse
77ainda hoje esse documento para este Conselho. Meus amigos, minhas amigas, muito obrigado a todos vocês, perdão se,
78porventura, em algum momento cometemos algum deslize, algum equívoco, mas tenho certeza que se foi metido foi na
79melhor das intenções e sempre procurando o bem-estar, não apenas das pessoas, mas da criação como um todo. Muito
80obrigado, e sejamos todos muito felizes. **Sr. Presidente:** Considerando a manifestação do Sr. Secretário, e tendo sido
81encaminhado na data de ontem essa proposta de redefinição em relação ao Delta do Jacuí, proponho a este Conselho a
82inclusão em pauta, nos Assuntos Gerais, para que o Diretor do DEFAP venha fazer uma explanação, que venha ao
83encontro, inclusive, de manifestações anteriores deste próprio Conselho sobre esse encaminhamento. Óbvio, este Plenário
84deverá dar os encaminhamentos de praxe para a Câmara Técnica correspondente, a fim de que nela se procedam uma
85análise mais profunda. Neste momento, então, gostaria de submeter à avaliação dos Srs. Conselheiros a inclusão em pauta
86desse tema. **Sr. Geraldo André Susin:** Obrigado, Presidente. Sabemos da importância desse projeto e acompanhamos
87esse processo no decorrer. Então, até sugerimos, como Conselheiros, que ele fosse incluído na próxima reunião para que
88pudéssemos abrir os baús, retirar os conteúdos para que a gente atualize melhor. E que na próxima reunião a gente tenha
89um debate com essas lembranças, e que possamos construir e aprofundar melhor essa primeira discussão. E depois, com
90certeza, ver a melhor forma, quais as Câmaras Técnicas competentes para o assunto. Obrigado. **Sr. Presidente:** Um
91esclarecimento: não estaria sendo colocado a apreciação, sim uma apresentação preliminar. **Sr. Eduardo Osório Stumpf:**
92Sobre esse assunto gostaria de lembrar que na penúltima reunião o Comitê da Reserva da Biosfera mandou um ofício para
93a Câmara solicitando que fosse respeitado, digamos, um acordo que havia sido feito com o DEFAP, de que essa proposta
94passasse primeiro pelo Comitê de Bacia antes de apreciação pelo CONSEMA. Como ninguém contestou o ofício entendi
95que o CONSEMA aprovou essa deliberação, esse pedido do Comitê da Reserva da Biosfera. Está na pauta. **Sr.**
96**Presidente:** Ratificando: a proposta não é submeter à apreciação deste Plenário na data de hoje. A proposta é uma
97apresentação preliminar e depois seguirá todos os trâmites de praxe, ou outros que este Plenário vir a decidir. **Sr. Sérgio**
98**Cardoso:** Até entendo a preocupação do Susin, mas acho que a oportunidade de se ter uma primeira arrancada, e aí é uma
99cobrança nossa, Susin, daquela vez que o Diretor do DEFAP não esteve presente, mandou apenas um técnico. Seria já a
100oportunidade de arrancarmos com essa discussão. Eu acho que há entendimento, todas as esferas que tiver que passar o
101processo, após a apresentação de hoje quem vai tomar a decisão vai ser a Plenário. Acho que temos que nos segurar, não
102inviabilizamos e aproveitamos a oportunidade de ter o Diretor do DEFAP fazendo a justificativa. Até porque vamos tentar
103entender muitas coisas que aconteceram, de repente, e não conseguimos entender com a apresentação do técnico. Por
104isso que sou favorável de colocar hoje e submetemos ao Conselho, após a apresentação, quais serão os trâmites a serem
105tomados, independente do Comitê da Biosfera, ou das Câmaras Técnicas que tem que ser passada. **Sr. Presidente:** O
106espírito é esse, exatamente essa é a finalidade. Não é, repito, submeter à apreciação hoje. Continua com os Srs.
107Conselheiros a palavra. Incluímos, então, nos Assuntos Gerais? Conselheiros contrários; abstenções. Por unanimidade,
108portanto. Então, gostaria que fosse notificado ao Diretor do DEFAP de que tão logo chegemos aos Assuntos Gerais esse
109tema está já inscrito. **2. Habilitação do Município de Passo Fundo.** Passando para o segundo item da pauta de hoje,
110temos um município que está sendo proposto para habilitação. A relatoria vai ser feita pelo Sr. Mário Buede Teixeira, por
111gentileza. Temos aqui conosco o Secretário de Meio Ambiente de Passo Fundo com a assessoria técnica. **Sr. Mário Buede**
112**Teixeira:** Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Conselheiros. Nós encaminhamos à Câmara Técnica, ao Presidente do Conselho,
113um parecer nosso a respeito do pedido de habilitação do Município de Passo Fundo. Os senhores todos devem ter uma
114cópia. Eu vou-me permitir ler o parecer: *Ao cumprimentar Vossa Senhoria cordialmente tomo a oportunidade para*
115*encaminhar o parecer desta Câmara Técnica Permanente de Gestão Compartilhada Estado e Município, sobre o pedido de*
116*habilitação do Município de Passo Fundo para o exercício do licenciamento ambiental às atividades de impacto local, de*
117*acordo com a Resolução CONSEMA-004/2000, e Resolução CONSEMA-011/2000. O pedido teve o seguinte*
118*encaminhamento, primeiro: A documentação enviada pelo Município de Passo Fundo foi analisada pela Comissão de*
119*Municipalização e pela Assessoria Jurídica da Secretaria de Meio Ambiente. Em 04-03-2004, após julgar todos os requisitos*
120*técnicos e legais satisfeitos a Comissão de Municipalização apresentou Relatório e parecer a essa Câmara Técnica do*
121*CONSEMA, recomendando a homologação do pedido de habilitação. Em 04-03-2004, na 42^a Reunião Ordinária da Câmara*
122*Técnica, o pedido foi examinado e submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Face ao exposto,*

123encaminho a citada documentação anexa como parecer favorável à habilitação do Município de Passo Fundo para o
124exercício do licenciamento ambiental das atividades de impacto local, de acordo com a Resolução CONSEMA-004/2000 e
125Resolução CONSEMA-011/2000. É o parecer, 04-03-2004. Era isso Sr. Presidente, Srs. Conselheiros. **Sr. Presidente:** Os
126Srs. Conselheiros estão, então, com a palavra. Estamos submetendo a este Plenário a análise da proposta de habilitação do
127Município de Passo Fundo. **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** Em princípio, sou favorável à aprovação do Município de Passo
128Fundo e me congratulo. Mas gostaria de fazer uma ressalva em vista de que o Município do Passo Fundo, o Conselho
129Municipal de Meio Ambiente, talvez mal assessorado pela sua assessoria jurídica, notícia de jornal, está tentando liberar o
130uso de agrotóxico, capina química, no Município por meio do Conselho. É uma notícia de jornal, que poderá ser desmentida.
131Então, gostaria de fazer esse alerta às prefeituras que isso é proibido e fica feio para o Conselho Municipal de Meio
132Ambiente como primeira medida tentar liberar agrotóxico no uso urbano. Obrigado. **Sr. Sérgio Cardoso:** Sr. Presidente,
133aproveitando a oportunidade desse processo, mais na linha de uma reflexão sobre os licenciamentos ambientais e
134municipais no Estado do Rio Grande do Sul, e tendo muito bem claro que a questão ambiental tem que parar de ser tratada
135município por município. Nós temos o entendimento que a regionalização, a divisão espacial do Estado do Rio Grande do
136Sul não se dá apenas por município, é uma unidade política, constituída legalmente em um Estado federado. Então, só
137gostaria de deixar aqui uma manifestação de urgentemente revermos a unidade de planejamento ambiental do Estado do
138Rio Grande do Sul. Este é o fórum adequado para fazermos isso, hoje temos 497 municípios e tivemos aprovado a lei
139federal que permite a criação de novos, teremos mais de 600 em um ano, com certeza. Então, temos que parar de tratar a
140unidade federada ambiental por município. Então, só gostaria de fazer esse relato, nesse processo, para avançarmos nos
141licenciamentos ambientais, senão vamos ter dificuldade de fazer gestão ambiental no Estado do Rio Grande do Sul se
142continuar a ser dessa forma pontual. Se tivermos que mudar a resolução somos parceiros para isso. Obrigado. **Sr. Geraldo**
143**André Susin:** Não é bem dentro desse processo, mas como é uma Plenária, conheci o pessoal aqui de Passo Fundo, e
144temos o Grupo Sentinela dos Pampas, que é do movimento ecológico, e é uma ONG batalhadora. Então, seria o momento,
145se há uma informação via a grande mídia, até que se oportunizasse um minuto para ou confirmar ou desmentir essa
146informação. Encaminho à Mesa que aproveite a presença desses senhores para dizer: aconteceu; não, não aconteceu. Isso
147é ponto básico da democracia, que eles tenham oportunidade de confirmar o fato ou desmentir, para que não fique no ar
148uma situação séria dessa, porque um dos fóruns é este aqui para debater, ainda mais tratando-se daquele Município. **Sr.**
149**Presidente:** Secretário, por gentileza. **Sr. Paulo Severo:** Boa-tarde a todos, desde logo o nosso agradecimento pela
150atenção que estão dando ao nosso processo de habilitação. Gostaria desde já agradecer a participação que o Presidente
151teve nas orientações que recebemos há dois anos no encaminhamento dessa documentação. Relativamente à questão
152levantada, a Associação dos Engenheiros Agrônomos de Passo Fundo enviou ao Conselho Municipal de Meio Ambiente um
153pedido para que a questão capina química fosse analisada. A primeira reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente foi
154realizada no dia nove, e aprovou, desde que, primeiro, haja uma regulamentação a ser definida pelo próprio Conselho, mais
155adiante, dentro dos parâmetros legais. Essa é a posição. Então, ela não está liberada ainda. **Sr. Presidente:** Esclarecido
156esse item. Continua a palavra com os Srs. Conselheiros. Não existindo manifestação, então, passamos para a votação
157deste Plenário acerca da solicitação do pedido de habilitação do Município de Passo Fundo. Só fazendo um pequeno
158esclarecimento anterior, a propósito da referência que o Secretário faz. Em 2002, no início de 2002, tivemos a oportunidade
159de trocar idéias acerca das apreensões que o Secretário tinha em relação a habilitação, ou não, ou como encaminhar esse
160processo. Portanto, foram dois anos de preparação. E acreditamos que, pela forma com que Passo Fundo procedeu,
161inclusive com concurso para designação de corpo técnico multidisciplinar próprio do Município, conseguiu criar a infra-
162estrutura necessária para, então, buscar essa habilitação. Só para deixar bem clara a referência breve que o Secretário fez.
163Submetemos, então, a este Plenário a votação. Conselheiros favoráveis à habilitação de Passo Fundo, por gentileza,
164manifestem-se levantando o cartão: quinze favoráveis; contrários: um; abstenções: três. Conselheira representante da
165AGAPAN com a palavra. **Sra. Edí Xavier Fonseca:** A AGAPAN, assim como a ALGA, está-se manifestando pela
166abstenção, em função de termos recebido apenas a pauta do CONSEMA, que entraria esse processo em discussão na
167terça-feira. Então, não tivemos acesso ao processo para poder analisar. Então, consideramo-nos prejudicados para dar
168algum parecer favorável ou contrário. **Sr. Presidente: Aprovado,** então, por maioria, a habilitação do Município de Passo
169Fundo. **Sr. Geraldo André Susin:** Por favor. **Sr. Presidente:** Assunto esgotado. Extemporâneo, Conselheiro. **3. Aprovação**
170**do Relatório de Atividades do CONSEMA Referente ao Ano de 2003.** Passamos para o terceiro item da pauta da reunião
171de hoje. De acordo com procedimento de praxe é submetido a este Conselho o Relatório de Atividades referentes ao ano
172anterior. Foi enviado com a devida antecedência, por e-mail, o Relatório, que colocamos agora, então, à apreciação dos
173Srs. Conselheiros a partir da análise que tenham feito desse Relatório. Com a palavra os Srs. Conselheiros. Nenhuma
174manifestação? Submetemos, então, à aprovação do Relatório CONSEMA 2003. Conselheiros contrários manifestem-se;
175abstenções. **Aprovado,** então, por unanimidade. **4. Recursos.** Srs. Conselheiros, uma informação, mais do que qualquer
176outra característica que adquira essa manifestação em relação ao item quatro da nossa pauta de hoje. Este Conselho
177recebeu dois pedidos de recursos às decisões administrativas tomadas pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental.
178Considerando a natureza do pedido, informamos, então, Srs. Conselheiros, já vou enunciar quais são os empreendedores
179que entraram com esse encaminhamento, para que haja uma análise na sua natureza jurídica para a identificação, se cabe
180ainda, ou não, recurso a este Plenário, que é considerada última instância recursal. Então, não existe uma forma, digamos
181assim, lógica de simplesmente um pedido de recurso encaminhar, caso contrário, amanhã ou depois este Conselho vai
182passar a analisar só recursos. Ou seja, para que ele chegue até aqui e para que este Conselho, efetivamente, analise e se

183manifeste, deve existir a razoabilidade suficiente que justifique. Então, por essa razão, recursos encaminhados por Mebraf
184Instalações e Equipamentos Frigoríficos e Depósito de Areia e Cascalho Cristal Ltda. estarão sendo analisados e sendo
185pertinentes, serão encaminhados, então, a este Plenário na próxima reunião. Nós apresentáramos e aí, lógico, seguem os
186passos, vai para a Câmara Jurídica que os analisaria. Agora, parece-nos de bom alvitre que não seja qualquer recurso que
187chegue até aqui, porque do contrário estaríamos abrindo precedente, em primeiro lugar não regimental, porque ele tem que
188ser pertinente à função do Conselho, e nos entulharíamos de processos dessa natureza. Não que o empreendedor, que o
189cidadão, não tenha esse direito, esgotadas todas as outras instâncias. Alguma consideração, a propósito disso, por parte
190dos Srs. Conselheiros? **Sr. Eduardo Osório Stumpf:** Dilda, talvez um esclarecimento. Está regulamentado que o
191CONSEMA é uma instância, a última instância não está. Em princípio, no meu entendimento, a primeira instância na
192FEPAM é o Diretor Técnico, a segunda instância é o Presidente da FEPAM e a terceira instância é o Secretário. Existe uma
193quarta instância, ou não está regulamentado, ou a gente estuda esse assunto e vê qual o interesse, ou sobre o que o
194CONSEMA se manifestaria? Seriam talvez questões de fundo em termos de legislação, de resoluções do CONSEMA, ou
195qualquer pedido, um auto de infração em um entendimento qualquer, ele pode ficar recorrendo quanto tempo quiser. Então,
196é isso que eu gostaria que talvez fosse discutido, parece ser importante o assunto. **Sr. Presidente:** Considerando que não
197foi feita, não houve o tempo hábil para análise, para verificar se cabe ou não, é que se vai, como anteriormente, fazer essa
198análise preliminar, aí se vê qual o encaminhamento compatível. O CONAMA, o último recurso é o Conselho, o Conselho
199Nacional de Meio Ambiente. Em reuniões do CONAMA temos analisado essas situações. **Sr. Paulo Régis Rosa da Silva:**
200Apenas a título de esclarecimento: o recurso ao Conselho é a última instância, e para que o recurso possa ser apreciado
201pelos Srs. Conselheiros passa por uma avaliação. Há um pressuposto de admissibilidade para que chegue e seja submetido
202à elevada consideração dos senhores, mas para que venha a ser julgado; se vai ser admitido é preciso um Relatório,
203preciso um exame. Esse exame, esse Relatório, ainda não foi procedido. Então, o Senhor Presidente do Conselho retira os
204dois pedidos de recurso, ele é examinado, é feito o Relatório e em uma sessão, oportunamente, voltará ao Plenário para
205que os senhores se manifestem pela admissibilidade ou não. Uma vez admitido, então, vai à Câmara Jurídica, a Câmara se
206manifesta juridicamente e volta à apreciação. Então, não é qualquer recurso que chega aqui, senão, realmente, essa fase
207dos trabalhos deste Plenário vão ser gastos, praticamente, todas as pautas em apreciação de recursos. Era isso, Sr.
208Presidente, obrigado. **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva:** Só uma pergunta: esses processos seriam analisados
209pela Câmara técnica que foi instalada ainda, antes de chegar ao CONSEMA aqui? Porque há uma Câmara Técnica de
210Recursos Administrativos ainda não instalada, seria essa Câmara técnica que analisaria previamente esses assuntos para
211trazer ao CONSEMA ou não? **Sr. Paulo Régis Rosa da Silva:** Seria ela. **Sr. Presidente:** Ela está criada, estamos
212recebendo as indicações, ainda não instalada. Inclusive, uma comunicação oportuna, na próxima quinta-feira, convoquei
213uma reunião com todos os Presidentes de Câmaras Técnicas para trabalharmos um pouco essa dinâmica. Então, uma das
214Câmaras que analisaria seria sim a de Recursos. Continua com os Srs. Conselheiros a palavra. Podemos passar para o
215item seguinte? **5. Regulamentação do Pedido de Vista à Processos.** Passamos então, para o item cinco da nossa pauta.
216Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, o Dr. Irineu Schneider vai fazer a exposição acerca desse
217encaminhamento. **Sr. Irineu Schneider:** Boa-tarde a todos. Sou Coordenador da Assessoria Jurídica da SEMA e também
218Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos. A nossa Câmara foi suscitada a se pronunciar quanto essa questão
219de uma proposição de resolução que disciplina vista ao processo. Em função também de uma sugestão do Ministério
220Público de algumas alterações, e também detectamos lá na nossa Câmara uma pequena impropriedade. Encaminhamos e
221aprovamos as alterações que deveriam ocorrer. Uma delas é a que trata da redação do inc. II, art. 1º, na proposta de
222resolução, que previa pedido de vista de forma escrita ou oral. O Ministério Público havia argumentado que deveria ser só
223da forma escrita, não só o pedido de vista, mas, principalmente, o Relatório. Na proposição feita antes previa-se o Relatório
224oral, e para que facilitasse a consulta posterior de outros Conselheiros, e também para a melhora do processo, entendeu o
225Ministério Público que deveria ser o Relatório sempre escrito. O que a nossa Câmara, após um debate bastante acirrado, e
226também prolongado, concluiu que deveria realmente o Relatório ser sempre escrito, porque o Relatório oral não fica registro
227e pode gerar no futuro alguma controvérsia e problemas. Então, aprovamos essa alteração do inciso II, art. 1º, da resolução,
228que o pedido de vista, como o Relatório deveriam ser por escritos, não oral, sempre por escrito. A outra alteração foi
229suscitada na nossa própria Câmara, que havia lá um art. 3º, onde referia a incisos II, VII e IX do regulamento; ora, o
230regulamento só tem inciso dentro dos seus artigos. Então, era só uma questão de formalidade, um lapso que ocorreu
231quando a resolução foi talvez digitada. Então, sugerimos que se incluísse ali incisos II, VII e IX do art. 14 do Regimento
232Interno. Então, são essas as duas alterações quanto a isso. Não sei se alguns dos senhores têm alguma dúvida quanto a
233questão principal, que é da vista ao processo escrito ou oral. Estou à disposição dos senhores. Obrigado. **Sr. Eduardo**
234**Osório Stumpf:** Tem prazo para o Conselheiro? **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Esse pedido de vista muitas vezes se
235dá na apresentação, durante a reunião. Então, pergunto: teria que ser redigido por escrito no momento, ou em um primeiro
236momento poderia ser oral e depois o Conselheiro redigir isso? **Sr. Irineu Schneider:** Aqui no art. 2º, diz o seguinte,
237Conselheiro: *A Secretaria Executiva do CONSEMA deverá encaminhar ao membro do CONSEMA que formulou o pedido de*
238*vista, no prazo de 07 dias, cópia reprográfica de inteiro teor do documento; ou carga dos autos do processo administrativo,*
239*ou cópia do mesmo, mediante protocolo do recebimento assegurando manifestação.* Então, para o pedido, logicamente, não
240há prazo, mas há um prazo para que o CONSEMA encaminhe ao Conselheiro sempre que o fizer um pedido. Quanto ao
241prazo para devolução, infelizmente, a resolução não estabelece, só o prazo que o CONSEMA deverá encaminhar. Acredito
242que isso o Conselho poderá resolver em Plenária, o próprio Conselho resolva qual o prazo apropriado. **Sr. Sérgio Luiz de**

243**Carvalho Leite:** Não sei não fui compreendido, ou eu não entendi. **Sr. Irineu Schneider:** Desculpe, eu não entendi a sua
244pergunta. Por favor, reformule. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Se durante uma reunião há esse pedido de vista, e esse
245pedido de vista se exige por escrito, o Conselheiro teria que redigir isso na hora ou poderia no primeiro momento pedir
246oralmente e depois encaminhar por escrito? **Sr. Irineu Schneider:** A própria resolução também não especifica isso: *por*
247*escrito ou oral ao Sr. Presidente expediente em geral, processo administrativo para exame e manifestação*. Há uma
248pequena confusão, o que deve ser escrito sempre é o Relatório, o pedido poderá ser oral. Está bem claro aqui não art. 1º. É
249o Relatório que deve ser por escrito. **Sr. Ebersom Thimmig Silveira:** A única contribuição que gostaria de colocar é
250justamente no prazo de devolução. Quer dizer, a Secretaria Executiva tem um prazo para entregar para o Conselheiro, mas
251acho que deve ter um prazo aqui, já regulamentado, mas para devolver o documento devidamente analisado. **Sr. Irineu**
252**Schneider:** A nossa Câmara Técnica não quis entrar nesse mérito, uma vez que não estava proposto na resolução.
253Entendemos que o CONSEMA, de repente, quisesse preservar essa prerrogativa ao seu próprio Plenário. Então, não
254quisemos acrescentar nada nesse sentido, deixando a cargo do CONSEMA, de onde partiu a resolução. Então, mexemos
255naquilo que fomos suscitados e uma deficiência que detectamos foi não art. 3º. Embora tivéssemos notado que não havia
256prazo para isso, a Câmara Técnica não quis-se manifestar, deixando a cargo do CONSEMA, que entendeu que talvez o
257CONSEMA quisesse reservar para si essa prerrogativa. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Vou deixar, Presidente, a minha
258colocação depois. É uma consideração, resposta-ofício da AGAPAN-091, que fala sobre a questão do licenciamento
259ambiental. Então, vou deixar se discutir primeiro essa pauta-minuta, essa resolução, depois faço um questionamento sobre
260a resposta que foi encaminhada à AGAPAN. **Sr. Adoralvo Antônio Schio:** Se o Conselheiro tiver direito a solicitar vista fora
261da sessão Plenária, acho que devemos fixar o prazo para devolver, sim. Quando ele pede vista oral na Plenária a
262Assembléia fixa prazo para devolver. Teria uma solução legal fácil, que é constar em Ata que ele teve um prazo de 10 dias
263para devolver. Agora, se ele pode ter vista fora da sessão Plenária tem que já sair com o prazo sabendo que tem que
264devolver. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** O art. 3, onde está escrito isso: *a manifestação aos demais Conselheiros,*
265*resguardando-se uma antecedência mínima de 72 horas antes da matéria ser submetida à Plenária*. **Sr. Irineu Schneider:**
266As 72 horas de antecedência para que o Conselheiro que pediu vista dê ciência aos demais Conselheiros das suas
267conclusões. **Sr. Presidente:** Acreditamos que pelo ouvido aqui, que é pelo menos dominante a tendência de que se
268estabeleça um prazo para que quem procedeu ao pedido de vista devolva com o seu Relatório escrito. Considerando que as
269nossas reuniões são mensais, e considerando o dispositivo do art. 3, que define como 72 horas o prazo, teríamos aí três
270semanas. **Sr. Luiz Antônio Borges Germano da Silva:** O comitê tem uma semana para entregar para a pessoa que
271solicitou vista, descontando 03 dias da reunião do CONSEMA, acho que o prazo máximo teria que ser 15 dias, porque
272quinze, mais três, mais sete dariam 25 dias. Acho que 15 dias seria um prazo, o meu ponto de vista ideal. **Sr. Presidente:**
273Temos uma proposição de 15 dias. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Só complementar a proposta do Germano,
274seriam 15 dias a partir da data do recebimento do material. **Sr. Presidente:** Quinze dias a partir da data do recebimento do
275material. Mais alguma sugestão? **Sr. Clebes Brum Pinheiro:** Acho que em alguns casos tenha que haver uma certa
276flexibilidade, porque talvez possa ocorrer casos com alguma complexibilidade. Então, acho que seria interessante fixar, sou
277de acordo com os 15 dias, mas talvez ter uma flexibilidade para determinadas exceções que podem exigir um estudo um
278pouco maior; que o Plenário possa, dependendo do perfil de determinado processo, ter essa maleabilidade. **Sra. Maria**
279**Cecília Moreira Hypólito:** Aí pode um outro Conselheiro pedir vista e continuar o processo. E no caso de alguma situação
280específica o próprio Conselho pode garantir, não precisa ficar registrado. Parece-me que os 15 dias, seria interessante,
281normalmente, quem tem solicitado vista se considera que esses 15 dias são necessários, porque não necessariamente o
282pedido de vista tenha que ser para a próxima reunião do Conselho. Dependendo da data, a data pode ser solicitada após a
283reunião do Conselho, não necessariamente vá coincidir. Então, acho que 15, 20 dias talvez seja o ideal. **Sra. Edi Xavier**
284**Fonseca:** Tenho uma proposta, que seria de análise de 30 dias, em função de vários processos que a AGAPAN tem
285analisado, e muitos deles exigem que vários técnicos da nossa instituição tenham acesso e possam dar os seus pareceres.
286Uma Entidade, como a nossa, que trabalha em 100% voluntário fica difícil um prazo de 15 dias, às vezes, dar esse parecer.
287**Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Art. 32, do Regimento, parágrafo segundo: *Solicitada a vista do processo por qualquer*
288*um dos Conselheiros a matéria será retirada de pauta, considerando-se automaticamente incluída na reunião seguinte*. Eu
289fiz essa observação porque a prática, também do Conselho Nacional, é que havendo o pedido de vista, automaticamente o
290assunto é posto em deliberação na reunião subsequente. **Sr. Presidente:** É regimental, portanto, a entrada na reunião
291seguinte, que tem um espaço de 30 dias no máximo. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Pode ser em uma reunião
292extraordinária uma semana depois. **Sr. Presidente:** Pode, mas em termos de reunião ordinária. **Sra. Kathia Maria**
293**Vasconcellos Monteiro:** Estou se o Regimento Interno aqui, mas daria para ver-se trata de reunião ordinária seguinte? **Sr.**
294**Ivo Silveira:** Presidente Dilda, manteríamos os 15 dias, entendo que como o Regimento Interno diz que na próxima reunião
295voltará à pauta, fica a cargo na votação se aumenta o prazo ou não. Aí fica a cargo da votação do próprio Conselho. **Sr.**
296**Presidente:** Nós temos formulados aqui pelos Srs. Conselheiros duas propostas: uma de 15 dias, complementada a
297proposta pelo Germano e pela Conselheira Káthia, contados a partir do recebimento; e outro da Conselheira Edi de 30 dias.
298Colocamos em votação. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** O Clebes fez uma proposta de incluir a possibilidade
299da Plenária alterar o tempo, de aumentar os 15 dias, ou os 30 dias. Isso está contemplado na proposta de agora, ou vai ser
300discutido depois? **Sr. Presidente:** Acredito que pode ser discutido no mesmo momento. **Sr. Ivo Silveira:** O que eu entendi,
301Presidente, é justamente isso, os 15 dias. Isso, automaticamente, voltará à pauta da próxima reunião. Se por acaso não
302tiver condições de externar, o Conselheiro que demandou a vista do processo, um prazo maior e o Conselho vai votar se dá

303ou não. Entendo isso. **Sr. Clebes Brum Pinheiro:** Eu acho que essa colocação que foi feita contempla o que eu tinha
304pensado, que é para o Plenário estender em um segundo momento a análise de vista. Mantém-se os 15 dias fixos, o
305Plenário em um próximo encontro, se entender necessário dá nova vista, renova o pedido, etc. Contemplado não há
306nenhuma proposta diferenciada. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Só lembrar que seria importante a Comissão estar preparada
307para entregar os processos no dia da Plenária do CONSEMA. O que tem acontecido com os nossos pedidos de vista é que
308temos recebido 15, 20 dias depois. Então, a nossa experiência de AGAPAN, o pedido de vista recebemos sempre com
309muito atraso. Para ser analisado na próxima reunião do CONSEMA considero que fica muito difícil. **Sr. Geraldo André**
310**Susin:** Se está colocado que é a partir do recebimento, se levar seis meses para receber, é 15 dias após os seis meses. É
311esse o entendimento eu acho. É a partir do recebimento. Se levar seis meses para o processo chegar na mão do
312requerente. **Sr. Presidente:** Acredito que tenha ido atrasado, Conselheiro, mas de seis meses não, ainda não. A sua
313observação é pertinente. E considerando, inclusive, que já foi analisado aqui, acredito que nada obsta que o Conselheiro,
314que pediu vista, leve o processo. Ele assina o recebimento, páginas de tanto a tanto e leva o processo, não precisa ficar no
315vai e vem. **Sr. Eberson Thimmig Silveira:** Há uma regulamentação aqui que diz o seguinte: é obrigação da Secretaria
316Executiva entregar o processo. Quinze dias acho mais do que apropriado para ao menos levantar os problemas. Se for uma
317coisa muito grave, porque vai ter alguém esperando o processo tramitar, se for uma coisa muito grave vai existir um
318Relatório que vai ter que chegar na mão dos Conselheiros com uma antecedência mínima de 72 horas, vai ser analisado e
319vir para o Conselho. Se é questão de mais prazo vem uma nova reunião ordinária, na próxima reunião ordinária vão analisar
320o Relatório: esse processo acho que não dá por isso e por isso, temos que levantar tais e tais quesitos. Acho que a Plenária
321vai-se manifestar para ver se continua vista ou não, mas acho que tem que estabelecer sem exceções uma regra. **Sr. Luiz**
322**Paulo Rodrigues Cunha:** A minha intervenção é para trazer melhor clareza sobre o que visa o Art. 2º da proposta. Na
323verdade, o Conselheiro poderá levar o documento e/ou cópia reprográfica do seu inteiro teor. Gostaria de manifestar o meu
324ponto de vista de que, em havendo condições de se dar cópia reprográfica de inteiro teor, isso é mais seguro para o
325processo, na medida em que ninguém está infenso a uma perda, um extravio, um roubo. E o trabalho depois de recompor
326todo um processo quando perde o original é muito complicado. Lembro que a resolução já foi atenta a esse particular. Mas
327podem haver situações emergenciais em que se tenha que se franquear o original. Ainda assim, convém ao detentor da
328carga, no caso o Conselho, acautelar-se, preservando consigo o original ou uma cópia, para a eventualidade de se ter que
329recompor um processo, em caso de extravio ou perda. Que fique bem claro aqui que o processo quando está de posse do
330Conselho, a carga é na sua Secretaria Executiva. Então, quando muito no dia posterior, ou em até 48 horas, deve ser dado
331acesso ao demandante, lembrando que às vezes este faz o pedido aqui e depois não entra em contato para procurar o
332documento. Então, isso tem que ser acertado logo. Ou seja, imediatamente após o pedido o demandante deve procurar aqui
333na Secretaria, onde estará à sua disposição uma cópia de inteiro teor. Particularmente, posiciono-me no sentido de que seja
334dada uma cópia reprográfica, no interesse de que o processo tenha seu curso infenso a quaisquer acidentes que podem
335ocorrer com qualquer um. **Sra. Maria Cecília Moreira Hypólito:** Com todas as informações que foram colocadas, a
336Secretaria, então, tem os 07 dias para entregar o processo para quem solicitou vista. Se o Relatório que vai ter que ser
337apresentado para os Conselheiros tem que estar pronto 72 horas antes para poder ser entregue 72 horas antes aos
338Conselheiros, e se a próxima reunião ordinária, daí 30 dias, só existe a possibilidade de ser de 15 dias e de contar a partir
339do recebimento para poder fechar os 30 dias. É só somar. Por último sim, o Plenário é soberano e pode garantir uma
340solicitação de vista, ou para o mesmo Conselheiro, porque dentro do próprio Relatório dá para embasar, ou para um outro
341Conselheiro para poder analisar o processo. Então, parece-me que só há a possibilidade de 15 dias e ser contado a partir
342da data do recebimento. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Eu concordo com a proposição de 15 dias, e também concordo de,
343excepcionalmente, abrir-se a possibilidade para um segundo pedido de vista, desde que no primeiro pedido de vista seja
344apresentado um Relatório, que seja justifica o porquê de um segundo pedido de vista. E que os Conselheiros tenham esse
345Relatório em mãos para poderem decidir, porque um segundo pedido de vista em processo tem que ser embasado,
346efetivamente, em uma necessidade técnica de se analisar melhor um processo. **Sr. Presidente:** Temos mais alguma
347manifestação? Vamos encaminhar para uma tentativa de síntese, então. Temos uma proposição que foi sendo
348complementada, a partir do Germano, a Conselheira Kátia, a Conselheira Cecília, o Conselheiro Eberson e o Conselheiro
349Valtemir. Eu não sei se vou conseguir ser feliz na síntese: prazo de 15 dias a contar do recebimento, depois a redação a
350Câmara de Assuntos Jurídicos faria, com a possibilidade de um novo pedido de vista, desde que fundamentado. E a
351segunda proposta, da Conselheira Edi, que é de 30 dias. São as duas propostas, ou temos mais? **Sr. Geraldo André**
352**Susin:** O que foi colocado agora, por último, restringe, acho que ninguém aqui está para atrasar o processo, acho que o
353pedido de vista é livre, não temos que restringir com fundamentos. Então, vai estar cortando a liberdade de ter vista aos
354processos restringindo um segundo pedido. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** A minha intervenção, Sr. Presidente, é no
355sentido de que a primeira proposta colocada pela Mesa não deveria ser votada, porque se trata de um direito sagrado do
356Plenário. Já houve aqui o caso de um município que teve dois pedidos de vistas aprovado. O que se tem que ter cuidado, a
357exemplo do que acontece no CONAMA, é com que a abertura indiscriminada dessa prerrogativa acabe gerando um
358expediente protelatório. Há que ficar claro que qualquer Conselheiro interessado em um tema em debate tem livre acesso à
359Câmara Técnica respectiva para expor os seus pontos de vista. Não fazendo isso por opção de não fazê-lo, e querendo
360usar da prerrogativa no Plenário, ele preserva. O que não podemos é ficar reiteradamente outorgando pedidos de vista.
361Agora, se isso tiver que ser feito, vale muito bem o argumento trazido pelo Valtemir. Este Plenário é soberano e tem
362clarividência. Se entender que deva abrir essa possibilidade a qualquer momento, ele o fará. Por isso que eu acho que tal

363abertura não deve constar da proposição feita pela Mesa. Ela já existe ao natural pelo aspecto soberano do Plenário. **Sr.**
364**Luiz Antônio Borges Germano da Silva:** Sr. Presidente, acredito que esteja havendo um pouco de confusão, ou eu estou
365um pouco confuso quanto ao pedido de vista pela segunda vez. Estou entendendo que seria pela mesma Entidade, ou por
366outra Entidade. Acho que este Conselho é livre para solicitar vista, se alguém solicitou entrega o processo, tem 15 dias,
367voltou para cá, alguém tem mais alguma dúvida, outra Entidade tem mais alguma dúvida, solicita vista e mais 15 dias. Eu
368penso dessa forma. Não sei, Valtemir, se entendi, que seria pela mesma Entidade. Aí teria que ter uma justificativa clara
369porque está pedindo de novo, porque já levou 15 dias para analisar. E também faltou, Sr. Presidente, no resumo, que o
370Conselheiro Luiz Cunha comentou sobre a cópia. Eu acho muito importante que seja fornecida a cópia do processo. Se
371quiser ter o original teria acesso na Secretaria Executiva. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Em relação à cópia também
372sou favorável, salvo se o Conselheiro justificar-se há necessidade de realizar uma perícia em algum documento original. **Sr.**
373**Presidente:** Vamos tentar recompor, então, as proposições, a fim de que as submetamos à apreciação deste Plenário. Uma
374proposta: 15 dias a partir do recebimento o prazo; Edi, 30 dias a partir do recebimento, outra proposta. Terceira: 15 dias a
375partir do recebimento, sendo pela mesma Entidade feito novo pedido de vista, com justificativa. São 15 dias de qualquer
376forma, então, acho que não há necessidade desse desdobramento, e acho que também não precisamos criar brejes para o
377próprio Plenário, que é soberano. Então, sobre esse tema temos duas proposições: 30 dias proposto pela Conselheira Edi,
378a partir do recebimento; 15 dias, enfatizado por vários Conselheiros, a partir do recebimento. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues**
379**Cunha (Questão de Ordem):** Recorro à minha primeira intervenção e invoco o Regimento. Acho que a preocupação da
380Conselheira Edi está regimentalmente contemplada. Vou ler novamente: *Solicitada vista do processo, por qualquer dos*
381*Conselheiros, a matéria será retirada da pauta, considerando-se automaticamente incluída na reunião seguinte.* Ela tem,
382pois, que voltar por uma determinante do seu Regimento. Se o Plenário entender que são fundadas as razões do
383demandante, ou se caberá vistas a um terceiro, ou um quarto, o Conselho decide. Não há porque votar 30 dias. A
384Conselheira Cecília colocou com propriedade: matematicamente, o único prazo que cabe são 15 dias. Há que se decidir se
385serão até 15 dias, ou um prazo menor, não mais que isso. **Sr. Presidente:** Temos esse raciocínio lógico como proposição,
38615 dias pelo próprio Regimento. Submeto à metodologia de votação a este Conselho. Votamos as duas propostas, ou seja,
38715 e 30 dias, ou a partir do raciocínio feito pelo Conselheiro Cunha, efetivamente, temos o primeiro prazo, os 15 dias.
388Votamos as duas propostas, favoráveis manifestem-se. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Quería uma consideração. O Conselheiro
389Cunha levantou a questão regimental que nos 30 dias não é possível em função do Regimento Interno. Então, temos a
390proposta de 15 dias, teoricamente, que não são 15 dias, são doze dias, porque 72 horas antes a Entidade tem que
391apresentar o seu parecer. Então, na prática são 12 dias para entregar o parecer. Então, não entra na próxima pauta, porque
392temos reuniões de 30 em 30 dias, já não entraria na próxima reunião. **Sr. Presidente:** Conselheira Edi, a Presidência deste
393Conselho determina a sua Secretaria Executiva que seja encaminhado ao setor reprográfico da Instituição para produção de
394cópias na mesma data em que o pedido de vista seja formulado. E se o processo não for muito volumoso o Conselheiro
395poderá levá-lo no mesmo dia. O prazo está estipulado, no máximo sete, pedidos de vista que seja possível providenciar
396cópia no mesmo dia assim será, sem problema. Conselheira Edi, retira os seus 30 dias? **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Sim. **Sr.**
397**Presidente:** Conselheiros favoráveis, então, à proposição inicial do Conselheiro Germano, complementada pelos demais
398Conselheiros, que já estão registrados em gravação, e que foram complementando informação, e que todas confluem;
399Conselheiros favoráveis para que conste na resolução o prazo de 15 dias contados a partir do recebimento, por gentileza,
400manifestem-se levantando o cartão: **19**; Conselheiros que se abstêm: **02**; contrários: **nenhum**. Portanto, Presidente da
401Câmara de Assessoria Jurídica, vamos encaminhar para que seja feita essa complementação. Assim procedido, então,
402procedida essa correção, serão tomadas as providências para que a resolução seja publicada na forma regimental. Tem a
403manifestação da AGAPAN. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Presidente, a AGAPAN vai encaminhar a sua posição em resposta a
404esse ofício por escrito. Então, vai estar na próxima reunião. **Sr. Presidente:** Perfeito, na próxima reunião, então, a AGAPAN
405providenciará essa manifestação. **6. Assuntos Gerais.** Entramos, então, em Assuntos Gerais, como primeira inscrição
406temos o Diretor do DEFAP, Conselheira Kathia, Conselheira Edi, Conselheiro Geraldo. Com a palavra o Diretor do
407Departamento de Florestas e Áreas Protegidas para manifestar-se acerca do encaminhamento de expediente a este
408Conselho sobre redefinições em relação ao Delta do Jacuí. **Sr. Milton Stacke:** Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, antes de
409falar sobre o assunto gostaria de pedir escusas por não ter-me apresentado, ou ter apresentado o projeto em si, definição
410dos limites do Parque, quando convocado. O ofício de convocação chegou dois dias antes da reunião, por trâmites internos
411da Secretaria do Departamento, que vem, via protocolo, e eu já havia há uma mês marcado uma viagem que não havia
412mais como voltar atrás. Então, até em tempo hábil encaminhamos ao Sr. Presidente um pedido de mudança de data,
413propomos apresentar agora no mês de março. Todavia, não foi possível mudar a pauta, porque estava muito em cima da
414hora, aí um técnico nosso veio apresentar, de forma ainda preliminar o processo de redefinição. Essa questão preliminar
415está afastada porque concluímos o estudo. Então, em rápidas palavras vou colocar para os Srs. Conselheiros que
416assumimos o Departamento em outubro próximo passado, e havia uma proposta de redefinição, havia esse estudo, porém,
417não tínhamos os detalhes, que eram justamente as imagens de um metro, onde pudéssemos, realmente, redefinir os limites
418do Parque. Então, com a vinda dessas imagens pudemos sentar, trabalhar, definir e aí chegar a uma conclusão, e
419chegamos. Existia, ou existe, uma aprovação anterior, se não me engano foi em 2002, por este Conselho onde mudava os
420limites do Parque, bem como desafetavam certas áreas que sofreram ação antrópica. Isso podemos dizer que ratificamos
421essas decisões, porém, com duas mudanças, e acho que significativas e de modo muito especial para a conservação da
422biodiversidade. Quais foram as mudanças que o nosso projeto hoje prevê? Até me proponho, não sei se vou ter essa

423oportunidade, junto com os meus técnicos, de fazer a apresentação técnica e jurídica, porque hoje não vim preparado,
424porque fui chamado agora, de última hora, mas colocamos à disposição justamente o que vou colocar em resumo agora. O
425projeto aprovado pelo CONSEMA foi de redefinir os limites do Parque e desafetar a área de ação antrópica, como a Ilha da
426Pintada e outras áreas que já foram antropizadas. Observamos aquilo que o CONSEMA aprovou, porém, mudamos a
427categoria. O Parque do Delta do Jacuí, os senhores sabem melhor do que eu, possuía, ou ainda está constituído por zonas
428de proteção: zona de Parque, zona de reserva biológica, zona de ocupação urbana, entre outras. Essas zonas são criadas
429pela lei de 76, com modificação em 79, em 80 sobrevieram alterações. Hoje estão completamente desamparadas no que diz
430que lei do ISNUC, a Lei n.º 9.985. A Lei n.º 9.985, por meio do art. 55, estendeu aos órgãos administradores dessas
431unidades dois anos para readequar naquilo que a lei colocou dentro das categorias de uso de proteção integral, ou uso
432sustentável. As categorias anteriores foram todas revogadas. Então, o que fizemos? Estamos trabalhando nesse projeto e
433será levado à Assembléia, além de redefinir os limites do Parque, em adequar a Lei n.º 9.985 e o decreto que regulamenta.
434Inclusive o regulamento diz que pode ser feito pelo mesmo ato que a criou. Estamos um pouco mais adiante porque estão
435sendo desafetadas as áreas. O que é desafetar? Srs. Conselheiros, desafetar quer dizer que passa a área de domínio
436público para o domínio particular, não há mais ônus do Estado para com aquela propriedade. Significa que essa área está
437fora do Parque, essa área está livre da afetação de unidade de conservação. Podem ser afetadas as ruas, mas é uma
438questão de afetação de domínio público fora da unidade de conservação. Por outra questão é assim: o Parque, na
439imaginação de todos, é uma área de lazer, onde a atual legislação define que no máximo 1% possa ser utilizado e o resto
440preservado. Porém, a área do Parque deve ser de domínio público. Eu pergunto para os senhores: o Estado tem condições
441de desapropriar dezessete mil hectares? Tem condições de indenizar? Não. Digo mais, o decreto que o criou, prescreve a
442unidade para utilidade pública, prescreve em cinco anos. Se decretou de utilidade pública e não indenizou prescreve, perde
443o Estado o direito de uso, gozo, principalmente de uso daquela propriedade. Então, estávamos de forma ilegal fazendo uma
444desapropriação indireta, como a doutrina chama hoje; ou seja, a posse ilegal. Então, resolvemos trabalhar no seguinte: de
445efetivamente fazer um levantamento fundiário dessas áreas, ver quem tem titularidade daquilo, o que é do Estado e
446demarcar aquilo que está essencialmente, que está realmente protegido e tem grande importância ecológica de criar-se
447uma reserva biológica, as ilhas e outras partes dessa região. Fizemos um levantamento minucioso de toda a situação da
448fauna, flora, essa situação que o Delta é. São 30 ilhas e é um verdadeiro filtro criatório da vida, não só aqui de Porto Alegre,
449mas do Estado, porque praticamente 50% das águas do Estado convergem para cá, que é um filtro. Então, pensamos que o
450nosso projeto é ao invés de Parque, criar a reserva biológica, justamente para restringir mais e evitar que essas áreas sejam
451danificadas no futuro. Por que e quanto? O porquê pela importância, e a área mensurada são treze mil hectares de reserva
452biológica. Agora, os senhores me perguntam: o Parque tinha dezessete mil, vocês diminuíram? Passaram para treze? Não,
453se olharmos no zoneamento o Parque não tinha dezessete mil hectares, tinha muito menos. Não sei dizer hoje, mas era
454zona de ocupação urbana, área de Parque, Parque de recreação, não é nesse sentido de recreação. Parque hoje tem que
455ser pensado em unidade de conservação e não de recreação. Então, essa a diferença. Para conciliar isso, então, hoje
456aumentamos a área de proteção, que são de treze mil hectares, e agregamos o que o legislador no passado quis, que era
457de manter a comunidade nativa naquele espaço. Propusemos a criação de uma APA, que a lei prevê hoje, uma área de uso
458sustentável, porém, podendo ser de propriedade de privados e pública, onde o plano de manejo, o Conselho, que pode ter
459caráter deliberativo e consultivo, façam a gestão daquela área como zona de amortecimento a reserva biológica. Então, essa
460é a proposição que estamos encaminhando com todas as coordenadas geodésicas levantadas, com estudos, que até nos
461propomos em trazer aqui para o Conselho. Em suma é essa a nossa proposição, de realmente tirarmos do papel, porque
462como eu disse é uma ficção jurídica; aliás, 21 unidades do Estado é ficção jurídica, não existem, porque o Estado não
463complementou, foram criadas, criadas à ficção jurídica. Implantadas quando é decretado o decreto de desapropriação e ele
464só se complementa, o Dr. Régis pode me auxiliar, com dois atos, ou seja, o decreto e a indenização, senão, morre,
465prescreve e decai o direito do Estado de utilizar. Então, não podemos mais ficar aqui e criar utopias, criar fantasmas, porque
466o Estado vai sofrer e já está sendo acionado por ação de desapropriação indireta. Com certeza, o proprietário não terá, Sr.
467Presidente: terras de volta, mas terá uma indenização de grande monta. Quem vai pagar? A sociedade. Então, essa
468Direção, coloquei-me à disposição do Secretário para me entregar de corpo e alma como advogado, como economista e
469como técnico à regularizar a situação fundiária de todas as unidades. Pergunto-me: recursos? Há, que vêm por meio de
470medidas compensatórias pelo órgão ambiental FEPAM, com prioridade para levantamentos fundiários e indenizações.
471Agora, não vamo-nos iludir de que criando unidades de conservação são meras ficções jurídicas, protegem, mas não dá o
472Estado o direito de tomar a posse, porque isso é posse indevida, posse indevida é desapropriação indireta. Então, senhores
473esse é o trabalho que temos em mente de fazer seriamente, e temos condições de indenizar grande parte dessas áreas que
474serão consideradas de reserva biológica, porque deve ser bem de domínio público. Se não tivermos estaremos sujeitos a
475também sofrer indenizações. Essa é em suma, Sr. Presidente, a nossa proposta, que é por meio de um projeto de lei e uma
476criação da APA por meio de um decreto. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Acho que esse assunto, o Dr. Milton
477acabou fazendo uma explanação de um assunto que não estava em pauta. É um assunto de extrema relevância, vários
478setores estão discutindo esse assunto. E uma vez que não estava em pauta as pessoas não puderam participar, ou mesmo,
479preparar-se para debater esse assunto. Eu quero dizer que os Amigos da Terra, na época chamava-se ADFG, realizou uma
480campanha de proteção às ilhas do Guaíba, em conjunto com a AGPAN e outras entidades na década de 70, que resultou na
481criação desse Parque. Esse Parque não foi criado para proteger nativo, esse Parque foi criado para proteger as ilhas e
482impedir que fosse implantado todo um complexo turístico que estava sendo planejado pela Prefeitura naquela época. Um

483complexo que ia ser erguido em cima de aterro de lixo. Então, esse assunto tem que ser muito debatido, já existe uma
484proposta desta Plenária que esse assunto seja encaminhado para a Câmara técnica. Algumas afirmações do Dr. Milton
485realmente nos preocupa, aí vou acabar muito espaço de tempo chamando a atenção para algumas questões, como
486Parques fictícios, figura jurídica indevida. Agora, a figura jurídica devida, ou inexistente do Delta do Jacuí está recebendo
487recurso do Pró-Guaíba, está recebendo recurso de compensação ambiental. A falta de recurso para não comprar terra não
488pode ser desculpa, porque se fosse por falta de recurso muitas coisas não estariam acontecendo. Poderíamos mudar, por
489exemplo, toda a nossa legislação, porque não se tem recurso para construir presídio, não se tem recurso para manter os
490condenados presos. Então, precisamos de seriedade para tratar as nossas unidades de conservação. Temos 21 unidades
491de conservação que não estão implantadas por uma omissão do Estado, e isso tem que ser implantado, é lei, o Estado tem
492que cumprir a sua missão, senão está sendo omisso. Não cumprindo a sua missão está caindo na questão de lei de crimes
493ambientais, não cumpre a sua missão de proteger o patrimônio ambiental do Estado. Vou parar por aqui porque senão vou
494cair no mesmo erro de me estender demais. **Sr. Presidente:** Conselheira Káthia, solicitamos a anuência deste Plenário para
495inclusão na pauta de hoje, dessa solicitação que foi feita pelo Sr. Secretário de Meio Ambiente para que fosse feita uma
496apresentação, mas sim, vai seguir todos aqueles passos que fez referência. Vai para a Câmara Técnica de Biodiversidade
497para a devida análise. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Antes mesmo de saber que esse assunto iria estar na pauta de hoje, mas
498por ficar surpresa, e de fato chocada, com a notícia que saiu no jornal desta semana, na Zero Hora, do dia 14-03, que é
499uma notícia dada pela SEMA, então, pelo Governo do Estado, sobre as modificações que estariam sendo planejadas para o
500Delta. Fiquei surpresa e chocada porque na reunião de janeiro, que foi apresentada a proposta de alteração do Parque, foi
501acordado dentro deste Plenário que esse assunto seria levado para discussão em dois segmentos importantes: o Comitê da
502Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e a Câmara Técnica de Biodiversidade de Políticas Florestal deste Conselho. E levo
503com surpresa que essa proposta do secretário do Meio Ambiente tenha vindo para a Plenária primeiro, ao invés de ser
504discutido para essas instâncias, que já tinha sido deliberadas pela Plenária do Conselho. Então, acho que estamos
505desrespeitando, inclusive na Ata da última reunião há um ofício do Comitê da Reserva da Biosfera e que diz exatamente
506isso, que estão pedindo; posso ler um trecho do ofício de 30-01-04, está escrito: *Recentemente, em reunião realizada entre*
507*a Presidência do Conselho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, e as diretorias do DEFAP e da DUC/DEFAP,*
508*acordamos que seria muito positivo avaliar e discutir a nova proposta de alteração de limites e recategorização do Parque*
509*Delta do Jacuí no âmbito do Comitê, por trata-se de uma zona de núcleo da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Dentro*
510*do acordo solicitamos ao DEFAP que submeta a proposta de alteração ao Comitê, que prontamente será avaliado pelo seu*
511*grupo de trabalho sobre unidade de conservação, e discutida com profundidade na primeira reunião ordinária do Conselho,*
512*após o recebimento da proposta. Nesse sentido vimos solicitar ao CONSEMA que aguarde a tramitação do assunto no*
513*âmbito do Conselho antes de realizar qualquer deliberação sobre o mesmo. Tenho certeza que nossas considerações*
514*oriundas de integração técnica, altamente qualifica entre as instituições do Rio Grande do Sul, que atuam na Mata Atlântica,*
515*trarão grandes subsídios ao processo. Atenciosamente., Alexandre Krobe.* Até aqui está erroneamente Alexandre Frola,
516deve o ser o artista aquele, mas é Alexandre Krobe, o Presidente da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Então, tanto o
517ofício do Conselho, do dia 19-02, quanto a reunião do CONSEMA, de janeiro, foi bem explicitada a nossa intenção de
518discutir esse assunto nessas duas instâncias. Então, considero que estão sendo desrespeitadas, e o histórico que os
519Amigos da Terra colocou aqui do Delta, só podemos apoiar e considerar. E se há, realmente, 21 unidades de conservação
520que não tem nenhum tipo de implementação, é realmente por omissão do Estado. **Sr. Presidente:** Só uma observação. Eu
521só recomendaria o conhecimento do primeiro parágrafo. Tudo aquilo que foi dito será feito, considerando encaminhamento
522ao Conselho, o Conselho está tomando conhecimento que aquilo que já deliberou lá atrás será atendido. É isso.
523Conselheiro Geraldo. **Sr. Geraldo André Susin:** Eu estou inscrito mais adiante, não nesse ponto de Assuntos Gerais, mais
524adiante, passo para a Edi, então. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Esqueci de colocar uma questão, esse tema sendo levantado
525dessa forma pela Secretaria de Meio Ambiente de Estado, sendo noticiada nos jornais, pode levantar uma falsa expectativa
526nas pessoas, tanto positiva como negativa. **Sr. Presidente:** A sua referência é a notícia da imprensa. **Sr. Milton Stacke:** Só
527gostaria que a Conselheira lesse quando cita o meu nome ao que eu coloquei nessa notícia. Por favor, leia em voz alta. **Sra.**
528**Edi Xavier Fonseca:** Qual parte? Quem sabe o senhor lê e destaca, porque os senhor fala várias coisas. **Sr. Milton**
529**Stacke:** Foi indagado pelo repórter qual seria o andamento, se o Governo faria o decreto sem ouvir o Conselho. Eu de
530forma clara, com o Vernáculo, o nosso Vernáculo disse que passaria por todas as instâncias, inclusive por audiência
531pública, que não é nem necessário por lei, principalmente a passagem para o CONSEMA. Como o projeto foi concluído na
532terça-feira, quarta-feira encaminhamos para o Conselho. Não houve omissão nenhuma, absolutamente nenhuma. **Sr.**
533**Presidente:** Considerando que no tema Assuntos Gerais a inscrição do Geraldo é diferenciada, passo a palavra, então,
534para o imediatamente posterior Conselheiro Cunha, depois o Conselheiro Clebes, depois o Conselheiro Sérgio um, depois
535Sérgio dois, e depois o Conselheiro Ivo. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** O Dr. Milton Stacke, ao introduzir a sua fala,
536teve o cuidado e a grandeza de justificar os impedimentos para estar aqui naquele primeiro momento em que este Plenário
537demandou informação à Secretaria Estadual do Meio Ambiente. O documento encaminhado a este Plenário cumpre todos
538os ritos que a estrutura pública assim prevê. Fico preocupado e apelo à seriedade dos meus Colegas Conselheiros nas
539intervenções, para que não ignorem que existe uma estrutura de Estado à qual estamos submetidos por imperativos legais.
540A SEMA não tem qualquer relação de subordinação com respeito a qualquer outro órgão fora da estrutura do Estado. Ela,
541sob demanda, tem respondido diretamente a questionamentos de eventuais interessados, inclusive vindo a ser, por vezes,
542injustamente achacada, e até mesmo acionada judicialmente. Mas não tem se furtado a isso. Ora, quando o Presidente

543 deste Plenário, ao qual não devemos subordinação, porquanto somos parte de um sistema, solicita algo, é a ele que
544 devemos nos reportar. Ou seja, este Plenário pode fazer seus indicativos, pode tomar suas resoluções na sua área de
545 competência. A SEMA haverá de cumprir aquilo que couber, resguardadas as relações com este Conselho e as devidas
546 competências. Se este Plenário tem qualquer outra deliberação de que o assunto seja submetido a qualquer outra instância
547 sua, interna, é a soberania deste Plenário que assim determina. Mas é incorreto, é impróprio, afirmar-se aqui que este
548 Plenário se sente desrespeitado porque a SEMA não mandou à entidade *a, b, ou c* algum documento porque este Plenário
549 assim desejaria. Este Conselho que o faça, portanto. No momento em que estamos entregando ao Sr. Presidente um
550 determinado documento, cabe a ele dar o provimento, encaminhar a quem bem entender. Mas, pelo amor de Deus, não se
551 diga que a SEMA desrespeitou o Conselho porque não se reportou a este ou aquele órgão fora da sua esfera de
552 relacionamento formal. Isso não é justo, não é correto! É tratar as coisas de maneira pouco séria! À luz dos episódios
553 havidos naquela outra reunião, houve toda uma análise da nossa Secretaria, na pessoa do Secretário, inclusive se
554 assumindo eventuais equívocos. O Dr. Milton colocou isso com clareza. O desejável talvez fosse ter postergado aquela
555 apresentação para momento mais adequado. Mas assim não se deu, pois pretendeu-se atender, tempestivamente, à
556 demanda do Conselho, e as informações foram trazidas em caráter preliminar. Cabe ser lembrado que haviam estudos
557 ainda sendo feitos, consultorias trabalhando, e técnicas modernas sendo aplicadas para se obter com maior precisão a
558 plotagem dos pontos no Parque. Isso foi concluído na terça-feira e submetido ao Secretário, que decidiu encaminhar a
559 documentação a este Plenário, porque era um compromisso que havia assumido, conforme deixou bem claro aos senhores.
560 Compreendam também que há outras instâncias que têm interesse no debate desse assunto, como, por exemplo, a
561 Assembléia Legislativa. Ora, não podemos impedir, em um universo tão grande de pessoas que têm conhecimento dos
562 fatos, que um órgão da imprensa procure ter informações. Não foi a SEMA que foi plantar qualquer informação, ou a sua
563 assessoria que foi produzir qualquer tipo de notícia. O Diretor deu as respostas ao repórter naquilo que cabia. Poderia ser
564 lembrado que o Secretário não necessariamente teria que enviar a proposta da SEMA ao Conselho, que se poderia
565 prescindir de audiência pública, e tudo o mais. Mas não se quis fazer isso. É o entendimento do Secretário e do corpo
566 técnico da SEMA que quanto mais discussão houver, tanto mais exata, mais adequada será a definição do assunto, de
567 relevante interesse socioambiental. Então, no momento, Sr. Presidente, em que lhe é repassado o trabalho elaborado pela
568 SEMA, cabe a este Plenário dar o encaminhamento à questão da forma que melhor entender, à luz de suas atribuições. E
569 hoje foi feita apenas uma comunicação. Por quê? Porque haverá de ir para a Câmara pertinente, para as apreciações
570 pertinentes. O Dr. Milton e sua equipe receberam instrução de estarem plenamente à disposição de todos para os
571 esclarecimentos cabíveis. Depois, se necessário, podem retornar aqui, fazer uma apresentação, essa sim, com maior
572 detalhamento para maior clareza deste Plenário. Nesse momento, a decisão a ser tomada internamente é dos senhores.
573 Então, não cabe ficar apenas jogando a coisa nas costas da SEMA, porque estamos fazendo a nossa parte. Se não
574 concordarem com o que foi feito, com as questões conceituais, vamos discutir isso maduramente. Não esqueçam que
575 também tem a Assembléia Legislativa com a sua competência para as discussões naquilo que lhe incumbe. Mas não
576 estamos nos furtando ao diálogo. Queremos deixar isso, mais uma vez, transparentemente, claro para todos. E
577 compreendam que é do nosso entendimento, por questão de respeito a este Plenário, que toda a correspondência à SEMA,
578 enviada pelo Sr. Presidente, será este respondida, como cabe. **Sr. Clebes Brum Pinheiro:** Rapidamente, algumas
579 informações que são importantes. Pelo que me recorde, na última reunião que esse tema foi tratado, caso de dois meses, o
580 encaminhamento foi que fosse encaminhado para a Câmara técnica de Biodiversidade de Florestas. Houve dia 08-03 uma
581 reunião da Biodiversidade e Florestas, na qual eu participei, o meu colega Eduardo participou, e não estava na pauta. É
582 uma coisa bastante surpreendente, porque gostaríamos que tivesse sido desencadeado esse processo de discussão dentro
583 da Câmara Técnica de Biodiversidade. Então, só essa a observação, porque queríamos ver como a Câmara se organizou e
584 como se pautou e não incluiu esse tema para termos desencadeado a discussão dentro da Câmara e trazer mais riqueza
585 para o debate dentro deste Plenário. **Sr. Presidente:** Conselheiro Clebes, só um esclarecimento. O trabalho foi concluído no
586 dia 16 de março, anteontem. Ontem o Secretário me chamou, na condição de Presidente do CONSEMA, para comunicar
587 que o trabalho estava pronto e que em consideração a este Plenário, rememorando a questão que o Diretor do
588 Departamento se reportou na abertura da sua manifestação. Então, fazer uma comunicação de que está pronto e que, de
589 fato, já há o encaminhamento seguindo a aprovação deste Plenário, já há o encaminhamento para a Câmara técnica. Então,
590 o trabalho ficou concluído terça, encaminhado à Presidência do CONSEMA quarta e trazido ao conhecimento deste Plenário
591 na quinta. Considerando que na abertura dos trabalhos consultei o Plenário sobre a inclusão, ou não, da abordagem desse
592 tema na reunião de hoje. Se o Plenário tivesse discordado não teria sido incluído e seria encaminhado à Câmara técnica.
593 Então, qual o objetivo da manifestação de hoje? Em consideração a este Plenário, que valoriza e tem toda a razão, a força
594 da razão para valorizar esse patrimônio, sempre se manifestou em defesa dele. Em deferência a isso, então, estamos
595 comunicando que, oficialmente, o tema, já a partir de amanhã, estará na Câmara Técnica de Biodiversidade, cuja
596 Presidente encaminhou um expediente, que depois vamos ler, manifestando preocupação pela sucessiva falta de *quorum*
597 nessa Câmara Técnica. E esse fator tem sido o mote principal que me levou a convocar uma reunião com todos os
598 presidentes de Câmaras Técnicas para trabalharmos esse assunto. Não sei se ficou bem elucidado. Não deve ficar dúvida,
599 é questionar e esclarecer. **Sr. Sérgio Cardoso:** Só queria deixar claro que aqui perdemos hoje uma boa oportunidade de
600 avançarmos. Avançarmos quando o Diretor do DEFAP disse que foi chamado, veio aqui de momento, despreparado para
601 fazer a apresentação. Quando, na verdade, cheguei aqui, tinha o Secretário de Meio Ambiente na minha frente, tudo bem
602 que era para a despedida dele da Secretaria de Meio Ambiente, apresentando a proposta, supus eu que já houvesse uma

603apresentação montada aos Conselheiros, em vista do resultado do processo que tinha sido terminado. Concordei naquele
604momento porque era essa a minha expectativa, dali já sairíamos para um outro patamar. Então, entendo todos os trâmites,
605mas acho que independente de ir para Comitê da Biosfera e ir para a Câmara técnica esta Plenária tem que ter uma
606apresentação com todo o corpo técnico do DEFAP na próxima reunião do Conselho. Acho que temos que adiantar essa
607discussão. Então, estou solicitando que a próxima reunião deste Conselho, na verdade, tenha uma apresentação com todo
608o corpo técnico do resultado final. Foi o que ficou faltando naquela apresentação que veio o técnico, que era um estudo
609preliminar. Não tínhamos noção de tudo. Era para contribuir. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Dr. Milton, prestei bastante
610atenção ao seu pronunciamento e me chamou atenção uma declaração sua a respeito dessa proposta, a proposta de
611redefinição dos limites do Parque Estadual Delta do Jacuí. A esse respeito o senhor literalmente afirmou: *respeitamos*
612*exatamente o que o CONSEMA aprovou.* Eu lhe pergunto se o senhor confirma essa sua declaração? **Sr. Milton Stacke:**
613No que diz respeito à desafetação. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** A sua declaração foi que, continuando a sua frase:
614*Respeitamos exatamente o que o CONSEMA aprovou, apenas mudamos a categoria.* **Sr. Milton Stacke:** Não, quando
615falamos em redefinição, obviamente, não podemos seguir exatamente, mas quando me referia, até sublinhei a palavra
616*desafetação*, aí que eu disse que nós respeitamos. Agora, os demais temos que colocar uma ao lado da outra a proposta.
617Acredito que não tenha muita divergência. A divergência única é a categoria, Parque e reserva biológica, mas não me
618lembro mais, li há um mês, dois, tudo aquilo que foi aprovado, aquela Ata lá de quinze, dezesseis páginas. Isso que
619propusemos é exatamente fazer esse paralelo na próxima reunião para clarear pronto a ponto o que redefinimos. Se eu fiz-
620me entender mal retiro e coloco que com relação à desafetação, que para mim é um assunto de extrema relevância em
621função das quinze mil famílias que ali residem. **Sr. Ivo Silveira:** Quero parabenizar o Dr. Milton e prestigiar os membros do
622Conselho por terem trazido esse assunto, acho um assunto que afeta muito as pessoas do Delta. E estou entendendo
623também que é a primeira vez que as coisas estão sendo tratadas bem transparente. Acho que isso extremamente
624importante, estamos aqui defendendo uma categoria essa categoria tem que ser respeitada em todos o seu trâmite.
625Gostaria de saber se esse material de divulgação, essas fotografias, vai ser disponibilizado aos Conselheiros, ou no futuro
626vai ser só apresentado aqui para levarmos às Entidades? Até para contribuir na própria Câmara de Biodiversidade e no
627CONSEMA. **Sr. Milton Stacke:** Entregamos uma cópia desse programa para o CONSEMA, não temos nada a opor quanto
628a reprodução. O projeto está aí, estão também as coordenadas em um CD, são mais ou menos 170 páginas. Isso justifica
629inclusive a demora dos trabalhos. Provavelmente vai ocupar 170 páginas no Diário Oficial. Então, o projeto foi encaminhado
630ao CONSEMA, até se alguma Entidade assim quiser pode requerer, mando fazer uma cópia. O Departamento está aberto,
631não temos nada a esconder. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Só com relação a proposta do Sérgio, que esse
632assunto voltasse à pauta na próxima reunião com uma apresentação técnica. Eu queria pedir ao Sérgio que retirasse a
633proposta de pauta, porque esse assunto é muito polêmico, vamos ter uma discussão não técnica, porque é assim que as
634coisas funcionam nesta Plenária, e entendo que até devam ser assim. E vamos perder mais um mês de debate sobre esse
635debate que está aí, que está sendo demandado pela comunidade, e que já foi discutido no CONSEMA em outras vezes.
636Acredito que o assunto é importante, mas que mais um debate na Plenária não vai acrescentar nada. E sabemos que só
637fazer a apresentação sem debate também não acontece. Então, se o Sérgio pudesse ver-se ele considera extremamente
638importante que se faça todo esse debate novamente antes da Câmara Técnica, ou se, quem sabe, a gente faz a reunião da
639Câmara técnica, que em um primeiro momento vai haver essa apresentação, e convidamos todos os Conselheiros para
640participarem e assistir a apresentação na Câmara técnica. **Sr. Sérgio Cardoso:** Eu até entendo, Kátia, a tua preocupação,
641só não sei se teríamos prejuízo em uma apresentação, ou ganharíamos. Quer dizer, nada vai inviabilizar que já vá para a
642Câmara Técnica e seja debatido. A idéia na minha proposta era que a gente conhecesse, nem todos conhecem essa
643proposta que foi apresentada. Quer dizer, ela vai para a Câmara técnica, mas mesmo assim uma apresentação aqui, e se
644tiver que fazer um debate nós fazemos, mas acho que só para qualificar também o Plenário. Senão vamos vir para cá,
645depois da Câmara técnica, verdes, sem nenhum conhecimento. Então, até entendo a tua preocupação, mas prefiro manter
646porque quero ter um conhecimento mais aprofundado, porque, na verdade, temos alguns Comitês de Bacias Hidrográficas
647que vão ter que se envolver diretamente dentro dessa discussão, e serão convidados, se assim acordado for entre todos,
648para estarem presentes para ter conhecimento sobre essa apresentação que até hoje não viram. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues**
649**Cunha:** É muito importante isso e quanto mais esclarecido este Plenário, melhor para todos, para toda a sociedade. Eu
650quero propor à Mesa, como membro neste Plenário, que para que o debate não venha em prejuízo da pauta normal da
651próxima reunião ordinária, seja convocada uma reunião extraordinária, ou uma audiência como aquela que fizemos na
652Assembléia, que ficaria mais adequado, para o esclarecimento deste Plenário no mais que for possível. Com isso, acho que
653todo o Conselheiro interessado poderá vir assistir à exposição, e quanto mais clareza tiver, melhor para todos nós. **Sr.**
654**Presidente:** Temos, então, três idéias levantadas e precisamos dar um encaminhamento. O Conselheiro Sérgio propõe que
655seja trazida à pauta na próxima reunião. **Sr. Sérgio Cardoso:** Neste fórum. **Sr. Presidente:** Sim. Na próxima reunião do
656Conselho. A Conselheira Kátia discorda. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Não discordo, eu concordo com o
657Sérgio. Se o Sérgio mantém a sua proposta de pauta concordo que o assunto entre em pauta. **Sr. Presidente:** Esclarecido.
658**Sr. Ivo Silveira:** Presidente, se voltar à pauta na próxima reunião do CONSEMA impede a ida para a Câmara técnica, tem
659que aguardar a reunião ou não. **Sr. Presidente:** Não há incompatibilidade, contudo, após as discussões da Câmara técnica
660vai voltar para cá. Temos, então, duas proposições: proposição do Conselheiro Sérgio de que na próxima reunião ordinária
661venha a ser discutido o assunto, seria no dia vinte, se não me falha a memória, dia 20 de abril. A proposição do Conselho
662Cunha é de que se faça uma reunião extraordinária, tendo como tema exclusivo esse. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:**

663Só um esclarecimento. Eu já disse que a equipe técnica da SEMA está instruída pelo Sr. Secretário a prestar toda a
664informação necessária. Aquela reunião relativa à Rota do Sol, na Assembléia foi em caráter de audiência? **Sr. Presidente:**
665Audiência. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Eu acho que está bem assim, porque aí não teríamos o caráter deliberativo,
666não tira deste Plenário a prerrogativa de deliberar encaminhamentos no momento próprio, ampliando o espaço de
667informação aos interessados, a ser transmitida por parte da equipe que trabalhou na proposta. Então, modifico a minha
668proposta, não mais para se chamar uma reunião extraordinária, mas que se faça essa audiência aos Conselheiros para os
669esclarecimentos necessários. **Sr. Geraldo André Susin:** Consultando aqui o segmento das ONGs, achamos prudente não
670colocar em uma reunião ordinária para não trancar a pauta, e sim chamar uma extraordinária e tratar desse assunto
671especificamente. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente, em nome da FAMURS gostaria de colocar que entendemos que
672os caminhos naturais têm que ser obedecidos. Entendemos que o assunto antes de chegar na Plenária do Conselho passar
673pelas Câmaras Técnicas. Concordo que se possa fazer uma reunião extraordinária para tratar o assunto, ou uma audiência
674pública, mas depois do assunto ter passado nas Câmaras Técnicas. Em nível de informação aos Conselheiros sugiro que
675na próxima reunião do Conselho se distribua um material aos Conselheiros para que tomem conhecimento do que é a atual
676proposta que vai ser discutida nas Câmaras Técnicas. Depois de passar lá é óbvio que vai voltar para cá, e pode tanto ser
677uma reunião extraordinária, como uma audiência pública; ou, então, se necessário, no meio desse trâmite das Câmaras
678Técnicas, ou quando terminar o trabalho das Câmaras Técnicas, ou uma reunião antes de terminar o assunto nas Câmaras
679Técnicas, faça-se uma audiência pública; mas acho que nesse momento o que adianta fazermos uma reunião extraordinária
680para tratar desse assunto para encaminhar para a Câmara técnica. Acho que o caminho natural das coisas devem ser
681obedecidas, ou, então, para que as Câmaras Técnicas? Então, essa é a posição da FAMURS. **Sra. Maria Cecília Moreira**
682**Hypólito:** Na verdade, as coisas já se inverteram, porque é a segunda vez que o Conselho faz a discussão, a primeira vez
683foi por meio de um técnico, hoje com o Diretor. O que o Conselho está-se ressentindo é de uma informação um pouco mais
684completa a respeito do assunto. Então, parece-me que as propostas não são contraditórias, porque se tivermos condições
685de uma boa apresentação com os detalhes, tanto na Câmara técnica, quanto na próxima reunião aqui do Conselho, vamos
686ter a oportunidade de garantir que os Conselheiros possam ter esse conhecimento, aí não teria necessidade de ser em uma
687reunião extraordinária, podemos fazer na reunião ordinária, e ao mesmo tempo apresenta na Câmara Técnica. Se após
688esse processo houver a compreensão da necessidade da audiência pública, então, aí acho que fica como uma
689complementação importante para o debate. Não teria prejuízo, já que estamos tratando do assunto aqui não vamos ser
690burocráticos, tratar, então, com a importância dos detalhes na próxima reunião. **Sr. Clebes Brum Pinheiro:** Parece-me que
691não há conflito, porque até a próxima reunião deste Plenário vai ter a reunião da Câmara Técnica de Biodiversidade; e
692nessa reunião já vai ser apresentado, pelo que eu entendi, pelo pessoal do DEFAP uma proposição. Então, na próxima
693reunião ordinária nossa já vai ter ocorrido a Câmara técnica. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Clebes,
694infelizmente não pude participar da última reunião da Câmara Técnica, mas ela deve ter feito a pauta da Câmara para este
695ano. Então, a discussão, eu imagino que vá acontecer na próxima reunião da Câmara técnica, é se vão continuar debatendo
696o que já se vinha debatendo na Câmara técnica, ou se vai parar aquele debate de reserva legal que estavam discutindo,
697parar todo aquele debate que já vinha acontecendo e passar a priorizar o Delta, ou se o Delta vai entrar na demanda da
698Câmara técnica. Isso eu acredito que seja o encaminhamento que a Presidente da Câmara técnica tenha que fazer. Não é o
699momento ainda de apresentação do projeto, a Câmara técnica vai ter que deliberar qual assunto vai tratar primeiro, ou quais
700assuntos, a ordem dos assuntos. A menos que a Plenária defina que a prioridade é a Câmara técnica tratar do Delta. Não
701sei se é possível, estou pensando alto agora. **Sra. Maria Cecília Moreira Hypólito:** Eu propus a título de conhecimento da
702proposta, que vá para a Câmara técnica e seja apresentada na próxima reunião o Conselho, e o posterior debate vai ser
703definido dentro do Conselho. **Sr. Ivo Silveira:** Eu acho que estamos falando a mesma coisa. Está saindo aqui o seguinte:
704que encaminhe á Câmara técnica e na próxima reunião do CONSEMA seja apresentado o trabalho. Agora, a pauta da
705Câmara técnica é a Câmara técnica quem vai definir. É só isso que estamos discutindo; agora, não vamos entrar na
706Câmara Técnica de Biodiversidade. É só isso que temos que discutir, estão todos falando a mesma coisa. Acho que a
707reunião está-se estendendo e estamos já começando a viajar no debate. **Sr. Geraldo André Susin:** Presidente, permita-me
708refrescar a memória. Quando foi sugerida a entrada na pauta coloquei como sugestão que não deveria entrar, que teria que
709ser apresentada na próxima reunião. Aí Vossa Senhoria disse que seria apresentado e encaminhado para a Câmara. Então,
710por isso que inclusive não votei com contra, e que não haveria nenhuma deliberação aqui. Então, é isso que está-se
711falando, que como ano foi apresentado tecnicamente aqui que seja encaminhado à Câmara técnica, como foi colocado
712primeiro. Exatamente, foi dito desde o início isso. **Sr. Presidente:** Está resolvido, não há nenhum problema, já está
713encaminhada seguindo deliberação anterior. Já está encaminhada. Unicamente alguns Conselheiros levantaram, ou
714apontaram o interesse de um detalhamento maior, que o DEFAP está-se propondo a fazer. Para finalizar, e considerando o
715aspecto democrático que nós prezamos, consulto: este Plenário tem interesse de que vai seguir o que é praxe, o que foi
716definido, já está encaminhado, já está definido para onde vai. Consulto o Plenário se tem interesse de que,
717concomitantemente, com as discussões de praxe ele, Plenário, tenha para si a oportunidade de um esclarecimento maior,
718melhor, que o DEFAP, por meio do seu Diretor está-se propondo e que o Sérgio, representante dos Comitês de bacias,
719enfatizou. Só isso. E aí a condição na próxima reunião, ou para não haver problema, trancar a pauta, proposta do
720Conselheiro Cunha, que se faça uma extraordinária. Só consulto aqui, à quiçá até de um raciocínio lógico: Sr. Diretor, em
721quanto tempo, e aqui quero cotejar também com os anseios dos Conselheiros, quanto tempo seria necessário para uma
722explicação acompanhada do questionamento em que isso resultasse? Com a peculiaridade de que não se trataria de um

723debate discussão com fins de votação, mas de esclarecimento. **Sr. Milton Stacke:** Sr. Presidente, temos condições de
724apresentar em uma hora e meia, porque gostaríamos, justamente, de trazer para os senhores, por meio do *power point*, a
725visualização, tanto por tanto levantado. E, na medida do possível, abriremos zoom das imagens que realmente foram
726consideradas importantes e outras. Em uma hora e meia uma discussão técnica., discussão jurídica e discussão
727administrativa que podemos em três seções apresentar esse conteúdo em um todo. Em uma hora e meia, acredito,
728conseguimos explicar isso. **Sra. Kátia Maria Vasconcellos Monteiro:** A apresentação ou o debate? **Sr. Milton Stacke:** A
729apresentação. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Uma hora e meia!? **Sr. Milton Stacke:** É. **Sr. Presidente:**
730Então, não cabe em uma reunião ordinária. Considerando, Srs. Conselheiros, que provavelmente no andamento dos
731trabalhos das Câmaras Técnicas tenhamos já na pauta da próxima reunião algumas questões que este Plenário está
732aguardando há algum tempo, cruciais, muito importantes, que é a revisão do lançamento de afluentes, Portaria n.º 05/89,
733que são os afluentes a serem lançados no ambiente, mas assim como a revisão da Resolução n.º 05/98, em relação ao
734quadro de atividades a serem licenciados pelos municípios, que estão sendo ultimadas nas Câmaras Técnicas. Então,
735acredito que uma hora e meia de apresentação, mais os esclarecimentos, justificaria uma oportunidade outra para
736discussão. A não ser que este Plenário opte para definir agora, como pauta da próxima reunião ordinária esse tema. **Sr.**
737**Sérgio Cardoso:** Eu até entendo a questão de uma hora e meia de apresentação, estamos acostumados. Acho que aí o
738poder de síntese, vamos acreditar também no DEFAP, no poder de síntese de fazer uma apresentação. Não vamos
739esgotar, mas, no mínimo, queremos visualizar alguma coisa, queremos ter uma noção. Eu pediria ao Diretor do DEFAP,
740dentro da possibilidade, de fazer uma apresentação sucinta, que em quinze minutos, na verdade, seja sucinto com o
741objetivo visual e trazendo pontos de dificuldade da implantação, ou que venha a suscitar debates na própria Câmara
742Técnica e que seja encaminhado depois para outros fóruns. Quer dizer, acho que a idéia nossa nunca foi esgotar o assunto,
743porque como o Cunha falou, chamaríamos uma audiência pública com uma apresentação de uma hora e meia, mas que
744não é isso, são algumas informações básicas de visualização que hoje não temos. Acho que nem todos os Conselheiros
745participaram de todos os debates. É nesse sentido que gostaria de reafirmar a minha colocação de uma apresentação
746sucinta para darmos só continuidade ao debate. **Sr. Milton Stacke:** Em quinze minutos é quase impossível, porque temos
747áreas que serão desafetadas, áreas que ficaram como reserva biológica, áreas que serão a APA. Então, são pontos que
748deveremos abrir, não a discussão, mas explicar bem para não criar dúvidas com relação a esse assunto. Eu diria,
749justamente, pedimos um tempo para clarear aos Conselheiros, de forma bem visualizada a questão da reserva biológica.
750Acho que muitos não conhecem o Delta. Então, gostaríamos de mostrar ponto a ponto, por isso que estamos pedindo esse
751prazo, para realmente não ficar só no papel. O Conselheiro até me indagou antes: qual é a diferença? Gostaria de fazer um
752paralelo naquilo que foi aprovado e mostrar para os senhores porque sugerimos alteração. Isso acho que cabe, porque uma
753vez que o Conselho aprovou, mostrarmos porque modificamos algumas proposições aprovadas. **Sra. Kathia Maria**
754**Vasconcellos Monteiro:** Eu acho que uma hora e meia de apresentação é muito cansativo, acho que para quem é da área,
755para quem estuda esse assunto, uma hora e meia passa batido na boa. Agora, para quem não é da área, para quem não
756tem o seu interesse específico, uma hora e meia é muita coisa. Acho que o assunto é polêmico, os detalhes vamos entrar
757na Câmara técnica, acho que talvez em meia hora, quarenta minutos o DEFAP tenha condições de fazer uma boa
758apresentação. **Sr. Presidente:** O Diretor disse que em trinta, quarenta minutos, sim. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos**
759**Monteiro:** Eu acho mais razoável para podermos ter, realmente, uma reunião que dê frutos. **Sr. Presidente:** Vamos decidir,
760então. Considerando todos os considerando aqui enunciados, trataremos do assunto na pauta da próxima reunião ou uma
761extraordinária. Acredito que não temos outras proposições. Então, pode ser votado dessa maneira? Conselheiros favoráveis
762fiquem como estão; contrários; abstenções. Faremos, então, a apresentação; corrijo: o Departamento de Florestas e Áreas
763Protegidas fará, nos termos aqui propostos, a apresentação na próxima reunião ordinária, favoráveis levantem o seu cartão.
764Na próxima reunião ordinária: nove; em uma reunião extraordinária, levantem o cartão: sete; abstenções: uma. Será, então,
765na próxima reunião ordinária em que o DEFAP fará a apresentação. O Conselheiro Geraldo tem ainda um tema a ser
766abordado. Tenho as inscrições para os Assuntos Gerais: Kátia, Geraldo, Sérgio, Eberson e Valtemir. **Sra. Kathia Maria**
767**Vasconcellos Monteiro:** Nós lançamos, agora em janeiro, na reunião de janeiro já apresentamos, o livro para vocês, o livro
768da Mata Atlântica, que foi lançado em parceria com a WWF/Brasil, e o folheto. Eu trouxe os exemplares para doação para
769todos os Conselheiros. **Sr. Presidente:** O assunto que a Conselheira Kátia está expondo é muito interessante. Então, eu
770pediria aos Conselheiros: atenção. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Então, quem tiver interesse em receber
771mais exemplares, tanto do folheto, quanto do livro, é só solicitar para nós. A Rosaura tem telefone, endereço *e-mail*, e temos
772como disponibilizar para escolas, para os comitês, para instituições preferencialmente, para universidades. Então, é o livro
773que tem os conceitos básicos do domínio Mata Atlântica. Estou distribuindo para o pessoal, quem quiser mais exemplares,
774levar para o interior, principalmente, que é uma dificuldade que temos de fazer chegar ao interior do Estado, é solicitar que
775nós enviemos. **Sr. Presidente:** Posso fazer um breve comentário? Uma edição bem didática, bem produzida que facilita o
776trabalho na área de educação ambiental. Realmente, acredito que aqueles que tiverem um cenário e onde pudessem
777aproveitar, é de graça, é doação. Então, vamos aproveitar, porque realmente é um trabalho muito interessante. **Sra. Edi**
778**Xavier Fonseca:** Então, faço as minhas as palavras do Presidente, também já li o material do NATE sobre Mata Atlântica. É
779uma produção excelente, estão de parabéns, é extremamente didático. Para quem é professor sabe quanto é importante,
780Dilda, ter um material dessa qualidade para a gente poder trabalhar com os alunos. Quero fazer algumas cobranças aqui
781em relação aos ofícios encaminhados pela AGAPAN em janeiro, que até o momento não nos foram respondidos. Eu não
782peguei o número do ofício, esqueci, um é sobre os crocodilos nilóticos, o Eia-Rima. Até o momento não recebemos

783nenhuma resposta por escrito. **Sr. Presidente:** Eu posso só responder agora e vai por escrito. Recebemos, encaminhei
784para o Setor Técnico, a fim de que monte a resposta com todos os detalhes para atender a solicitação. **Sra. Edi Xavier**
785**Fonseca:** Havíamos pedido também a listagem dos municípios da região norte que haviam pedido, com a devida
786justificativa, sobre porque estavam pedindo ao CONSEMA a capina química em seus municípios. Também até o momento
787não recebemos essa listagem. **Sr. Presidente:** Conselheiro Edi, será. **Sr. Geraldo André Susin:** Nós temos quatro pontos
788rápidos aqui: o primeiro é quanto ao impedimento daquela declaração de voto na municipalização de Passo Fundo; apenas
789gostaríamos de colocar naquele momento, acrescentando o que a Edi estava colocando, que nos abstermos pelo fato de
790que termos confiança no gesto, e entre outras Entidades que participam do Conselho. Era apenas isso. Segundo ponto,
791estamos cobrando quanto ao Relatório de Caxias. Então, estamos há muito tempo pedindo esse Relatório; então, vamos
792tomar outras medidas para encaminhar, encontrar e receber esse Relatório. O terceiro, solicitamos também ofício para
793tomar conhecimento das datas das reuniões das Câmaras Técnicas que tratariam da minuta sobre a resolução das bacias
794hidrográficas. Informamos que recebemos o calendário, o calendário da reunião anual de todas as Câmaras Técnicas, mas
795o que solicitamos novamente são as datas das reuniões que as Câmaras Técnicas se reunirão para tratar da referida
796minuta, que é a minuta sobre as bacias hidrográficas. Por último, fazer uma referência, que segunda-feira, dia 22 de março,
797foi instituído pela ONU o Ano Mundial da Água, isso em 1992. E existe uma mobilização, inclusive, várias Entidades, vamos
798fazer em nome das Entidades, mas muitos estão aqui presentes, estão participando de uma mobilização de instituir isso
799legalmente, e está sendo, dia 22, lançado um manifesto assinado por todas as Entidades. Eu gostaria de ler, rapidamente,
800se permite, que é o Dia Mundial da Água: *Em pleno Dia Mundial da Água, 22 de março, no ao em que a ONU recomenda*
801*como tema 'Água e Desastres', o Estado do Rio Grande do Sul vive o drama crucial da severa escassez de água. Mais de*
802*uma centena de municípios estão em situação de calamidade pública. O abastecimento das populações é prejudicado em*
803*quantidade e qualidade. As atividades econômicas são comprometidas com sérias repercussões sociais. Os ecossistemas*
804*são afetados com a dizimação de espécies. Configurada essa verdadeira situação de desastre ambiental e socioeconômico,*
805*as Entidades signatárias vêm manifestar publicamente. Somente uma política das águas aplicado por um sistema público*
806*de gestão democrática, descentralizado e participativo, que tenha como objetivo a 'conservação, preservação e*
807*recuperação' da água e de suas fontes, e a regulação de seus usos poderá prevenir e enfrentar situações como essa. Esse*
808*sistema deve ser dotado de instrumentos efetivos de planejamento e ação, quais sejam os planos nacionais, estaduais e de*
809*bacias hidrográficas, e a outorga do direito do uso da água e da cobrança, por meio de um preço público desse uso. No*
810*Brasil o instrumento dessa política é o sistema nacional e os sistemas estaduais de recursos hídricos, cuja instância mais*
811*representativa são os Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica. Tanto o Estado pelos governos federais, estaduais*
812*e municipais, quanto a sociedade, não podem omitir-se na tarefa urgente de consolidar o sistema nacional e estadual de*
813*gestão das águas. Essa consolidação passa pelo reforço, a estrutura e a ação dos Comitês de Bacias Hidrográficas e pela*
814*criação e operacionalização de todos os organismos públicos necessários, com as agências Técnicas previstas na lei*
815*estadual das águas. Nessa oportunidade as Entidades signatárias conclamam à sociedade gaúcha fazer de 2004 o Ano*
816*Estadual das Águas, marcando a passagem do décimo aniversário da Lei n.º 10.350, de 1994. A lei estadual das águas*
817*como fortalecimento do Sistema Estadual de Recursos Hídricos e com a congraçamento de toda a sociedade em torno*
818*desse bem essencial, que é a água. Porto Alegre, 22 de março de 2004.* Esse é o manifesto para segunda-feira. Obrigado.
819**Sr. Presidente:** Uma comunicação a este Plenário, associada às referências que o Conselheiro Geraldo faz, informando
820que a moção aqui aprovada para a criação já foi enviada ao Sr. Governador do Estado. **Sr. Sérgio Cardoso:** Vai ser
821assinado no dia 22, à tarde. **Sr. Presidente:** Prestando contas ao Plenário, então, de que a moção aqui aprovada foi
822devidamente encaminhada. **Sr. Sérgio Cardoso:** Sr. Presidente, nós todos, aí não tive oportunidade, acho que também não
823li na Ata, alguma referência à questão da Conferência Estadual do Meio Ambiente, que este ano terá que ser realizada,
824segundo preconizam as normas. Acho que é oportuno trazer essa discussão da Conferência Estadual do Meio Ambiente o
825quanto antes nesta Plenária em um envolvimento, e trazer essa discussão que encaminhamos nas últimas duas para
826consolidar as bacias hidrográficas como unidade de planejamento ambiental. Para nós é muito clara essa questão; ou seja,
827na divisão que está lá preconizada no sistema de gestão de recurso hídrico, ou seja, na microbacia, dentro do município.
828Isso para nós não temos dúvida nenhuma. Então, só gostaria de trazer essa preocupação de voltarmos a ter esse ponto da
829questão do Encontro Estadual do Meio Ambiente, que este ano, em uma integração com o sistema de recursos hídricos seja
830feita uma pré-conferência em cada bacia hidrográfica do Estado do Rio Grande do Sul. A unidade de planejamento
831ambiental do Estado é a bacia hidrográfica. Isso temos que ter uma clareza, e por isso a minha manifestação quanto aos
832licenciamentos ambientais, licenciamento ambiental não se faz por município, porque as divisas políticas mudam, se faz por
833respeito à estrutura da natureza. Então, só gostaria de fazer esse registro quanto à conferências para não deixarmos
834alongar muito essa história. **Sr. Valtemir Goldmeier:** Sr. Presidente, associe-me às palavras do Sérgio, a preocupação que
835temos com relação à conferência, mas também gostaria de provocar a nossa Secretaria a publicar as decisões da
836CONFEMA de 2002; foi publicado? Então, isso era um assunto, na última reunião até havia levantado esse assunto, a
837preocupação, porque demanda tempo, recursos. Agora, Sr. Presidente, a FAMURGS, Federação dos Municípios do Rio
838Grande do Sul, e a Confederação Nacional dos Municípios é uma Entidade que sempre defendeu os interesses do
839Município. Graças a ação de alguns parlamentares em 1988, na Constituição, os municípios foram elevados à condição de
840entes federados. E há a necessidade de termos condições de nos tratarmos com essa fidalguesa que é necessária. A União
841procurou os municípios na última semana querendo criar a tripartiti, uma instância de trabalho com o Estado, com os
842municípios e com a União, o Estado por meio do IBAMA, aqui do Estado do Rio Grande do Sul. A incumbência que me foi

843dada pela Presidência da FAMURS, nessa manhã, até me atrasei na esperança de que o Prefeito, o Conselheiro, estivesse
844aqui presente para que eu não tivesse que me manifestar, mas, infelizmente, os prefeitos estavam em Brasília, ele não
845conseguiu chegar, então, não estava no Plenário. Infelizmente houve algumas reuniões e em alguns momentos tem havido
846alguns problemas de relacionamento entre alguns técnicos da Instituição FEPAM. Aí me leva a ter a tranquilidade de poder
847falar isso que você, Dilda, é o Presidente da FEPAM e amigo nosso; inclusive, muitos trabalhos fizemos juntos na
848Federação e o próprio Mauro, Diretor Técnico da FEPAM. Só que infelizmente houve uma reunião há dias, em uma Câmara
849técnica, parece-me que de assuntos jurídicos, e teria sido nominado termos considerando os prefeitos *picaretas*, ou coisa do
850gênero. Lamentavelmente, em nome da Federação acho que não é esse o sentido das organizações, e acho que temos que
851achar uma maneira de internamente equalizar esses problemas e evitar que tenhamos esse tipo de tratamento.
852Lamentavelmente, até pela amizade que tenho por vocês, tanto pelo Mauro, que é Diretor Técnico da FEPAM, como por ti,
853Dilda, e temos conversado bastante e temos um excelente relacionamento, só que, infelizmente, houve o uso desse tipo de
854palavreado e os prefeitos se sentiram ofendidos, queriam recorrer ao Governador, fazer uma carta ao Governador
855externando esse assunto. Então, foi-me dada a incumbência de relatar na reunião do CONSEMA esse pedido, porque foi
856em uma Câmara Técnica do CONSEMA que foi usado esse tipo de termo por um técnico da FEPAM. Então, preocupa-nos
857muito isso e gostaríamos que a gente encontrasse uma maneira de continuar trabalhando harmoniosamente e nos
858respeitando. Em nome dos prefeitos do Rio Grande do Sul sou obrigado a fazer essas colocações. Obrigado. **Sr. Mauro**
859**Gomes de Sousa:** Vou pegar um pouquinho até as palavras do Dr. Cunha com relação a esse assunto. Que temos que nos
860tratar com respeito é óbvio, qualquer representante aqui. Temos na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos um
861representante que é o Dr. Paulo Régis Rosa da Silva, esse é o representante da FEPAM. Eventualmente a Câmara tem
862oficialmente solicitado à FEPAM a presença de alguns funcionários para esclarecer alguns pontos naquela Câmara. Quando
863os funcionários vão oficialmente representar a FEPAM nos responsabilizamos por eles. Eu levantei esse episódio, a pessoa
864foi na Câmara ou como cidadão, ou como representante dos funcionários da FEPAM, não da FEPAM. Eu não sei em que
865condição esse cidadão foi lá. Então, gostaríamos de continuar com as coisas formais, quando qualquer um dos comitês
866solicitar um representante da FEPAM para que lá compareça nos responsabilizaremos e tomaremos todas as medidas
867administrativas se acontecerem excessos. Nesse caso, pelo que pude levantar até agora a pessoa estava ou representando
868a si mesma, ou representando o corpo de funcionários, não sei em que situação ele compareceu na reunião; mas pode ter
869certeza que não é o comportamento deste órgão FEPAM, ou dos técnicos que vão-nos representar quando oficialmente
870solicitados. **Sr. Geraldo André Susin:** Desculpe, mas só faltou uma informação. Quanto a manifestação que será no dia 22,
871do Dia Mundial da Água, informações, ou alguma organização que queira subscrever, que faça contato com a ABES do Rio
872Grande do Sul. Só faltou esse complemento. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Só um convite ao Plenário. Ligou-me agora
873o Secretário, que está em despacho na Casa Civil, a propósito da demanda do CONSEMA no sentido de que fosse
874decretado este ano como o Ano Estadual das Águas. O pleito foi devidamente encaminhado naquele mesmo dia, e já está
875elaborado o decreto. Apenas por sugestão da própria ABES ficou programada a sanção para o dia 22, como forma de
876comemorar solenemente esse dia com a decretação solicitada. Será no Palácio Piratini, às 17 horas. Então, os
877Conselheiros estão todos convidados a prestigiarem o evento e a estenderem esse convite a todas as pessoas
878interessadas no tema. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Em relação ao relacionamento entre a FEPAM e os municípios,
879evidente, acho que esse relacionamento deve ser o mais respeitoso possível. Infelizmente, mesmo neste Conselho aqui já
880houve alguns episódios que talvez isso não tenha sido seguido rigorosamente. Acho que é bom lembrar que sempre se
881deve preservar a independência técnica dos técnicos da FEPAM em sua gestão. **Sr. Mauro Gomes de Sousa:** Não posso
882deixar passar em branco, quando assumimos a Direção da FEPAM, até em função de outros episódios, foi-nos colocado
883essa questão dos funcionários em horário de serviço comparecerem à reunião de comitês, ou do próprio Conselho aqui.
884Não cerceamos de maneira absoluta a vinda dos servidores nos Conselhos ou nos comitês. Agora, quando eles vêm
885participar é exatamente por essa liberdade, para poderem dizer o que pensam. Em alguns momentos, só queremos
886esclarecer, que estão falando em nome próprio. Quando eles vêm nos representar, quando é solicitado pelo Conselho a
887vinda de alguém aqui para fazer uma apresentação, ou mesmo nas comissões, indo oficialmente lá, está representando a
888FEPAM. E se acontecerem excessos a FEPAM tem medidas administrativas para tomar. Agora, enquanto as pessoas
889vierem em mote próprio, que não estamos proibindo, porque é exatamente para dar essa liberdade, que as pessoas têm
890que ter, e queriam que a gente cerceasse, inclusive estão falando em nome próprio, não em nome da Direção da FEPAM,
891ou da própria FEPAM, ou da Secretaria. Só um esclarecimento. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Só para agregar. Isso é
892diretriz, ademais de ser um traço de urbanidade que devemos cultivar, todos. É norma de conduta, a gente herda do lar,
893aprende na escola. A circunstância, dentro do que o Mauro falou, de o técnico gozar dessa liberdade de falar, não o exime,
894também, da responsabilidade individual e administrativa sobre aquilo que diz. Entendo que cabe ao ofendido a devida
895representação, e há passos previstos nos ritos do serviço público para se apurar tudo isso, estando previstas penalidades
896quando há excessos. Vale dizer que se o servidor está no horário de trabalho, no espaço desta unidade, e profere alguma
897coisa ofensiva a terceiros, independentemente de não estar em representação oficial do órgão, não o exime de
898responsabilização sobre suas atitudes. Inclusive na área cível, se alguém se sentir caluniado, ademais da administrativa.
899Pedimos, pois, aos Conselheiros a gentileza de pontualizar, objetivamente, as eventuais reclamações, para que a gente
900possa tomar as providências cabíveis. Não queremos que tais atitudes grassem em nosso meio. **Sr. Sérgio Luiz de**
901**Carvalho Leite:** Desculpe estarmos delongando nesse assunto, mas só esclarecendo a minha posição, só quis separar
902respeito de independência técnica. Isso temos que deixar bem claro, o direito da independência técnica. **Sr. Presidente:**

903 Srs. Conselheiros, então, próxima semana, próxima segunda-feira, Dia Mundial da Água, nossa também, e um tema que
904 com toda certeza, neste Plenário, no decorrer deste ano, deverá gerar não só debates, mas também resultados.
905 Agradecendo a presença de todos, damos por encerrada essa Sexagésima Segunda Reunião Ordinária do CONSEMA.
906 Muito obrigado e até o dia 16 de abril. (Encerra-se a reunião às 17h02min)